

II - Plantio de Substituição (PS): executado pelas equipes contratadas pelas subprefeituras, demais órgãos municipais ou municípios, para substituir um exemplar arbóreo, cuja supressão foi autorizada nos termos do artigo 14 incisos III a X da [Lei Municipal nº 17.794/2022](#).

III - Replântio (RE): para substituição de mudas mortas após o plantio.

Parágrafo único. Os municípios poderão solicitar mudas para plantio de incremento, plantio de substituição ou replântio no âmbito da Campanha de Incentivo à Arborização, conforme artigo 26 desta Portaria.

Art. 23. A equipe técnica responsável pela fiscalização do Contrato de Plantio e Manutenção das Mudas Arbóreas da Divisão de Arborização Urbana de SVMA deverá anualmente atuar um processo único no SEI por Região definida e indicada nos termos do contrato, para registro de todos os fornecimentos de mudas.

Art. 24. Os demais órgãos municipais que executam plantio de árvores no município de São Paulo poderão solicitar as mudas arbóreas em processo individual para cada solicitação no processo SEI encaminhado à DAU/CGPABI/SVMA.

§1º Para solicitação de mudas arbóreas deverá ser preenchido o documento SEI "Solicitação de Mudas Arbóreas" contendo informações acerca do plantio pretendido: endereço, espécies, quantidades de cada espécie e total geral, e identificação do responsável pela solicitação (Anexo 08).

§2º As subprefeituras deverão informar os endereços em conformidade com os locais de árvores suprimidas as quais serão substituídas nos termos do Artigo 15 e parágrafo único do artigo 42 da [Lei Municipal nº 17.794/2022](#), podendo ser anexado o relatório utilizado na medição do serviço de supressão;

§3º No caso de plantio em local diverso deverá ser especificado no Relatório conforme disposto no §2º.

§4º As equipes de plantio da DAU/CGPABI/SVMA, deverão informar os locais de plantio de incremento, podendo ser anexado o Plano de Trabalho mensal.

§5º Demais órgãos da administração direta municipal deverão incluir no processo SEI:

I - Croqui do local contendo as dimensões da área livre destinada ao plantio (comprimento e largura em metros) e indicação das edificações próximas;

II - Fotografias do local de plantio;

§6º Para a solicitação de mudas nas modalidades Replântio indicada no inciso III do artigo 22 desta Portaria, deverá ser enviado o relatório fotográfico justificando e comprovando as mortes.

§7º As espécies solicitadas deverão ser indicadas de acordo com o contido na planilha de estoque disponível e divulgada diariamente no site SVMA.

Art. 25. O documento de solicitação de mudas arbóreas deverá ser assinado por responsável da unidade requisitante.

§1º As Subprefeituras e as equipes de plantio da DAU/CGPABI/SVMA deverão anexar a Portaria atualizada de designação do fiscal dos contratos que contemplem plantios de substituição ou incremento.

§2º Demais órgãos da administração direta municipal deverão anexar Portaria de nomeação no cargo responsável pelo local onde será realizado o plantio.

Art. 26. As solicitações de mudas por municípios através da Campanha de Incentivo a Arborização Urbana deverão feitas pelo Portal 156 com o preenchimento das informações solicitadas e envio dos documentos comprobatórios eletronicamente, a saber:

I - Documento oficial de identificação do solicitante;

II - Procuração, quando o solicitante não for o proprietário do imóvel, para fins específicos de plantio de muda arbórea no imóvel;

III - IPTU recente do imóvel onde será realizado o plantio ou documento que comprove a isenção do IPTU;

IV - Croqui e foto da área disponível para a execução do plantio, contendo dimensões da área permeável (largura x comprimento em metros).

V - Ata de eleição do síndico atual no caso de condomínios,

VI - Despacho de Deferimento publicado no Diário Oficial da Cidade, no caso de plantio substitutivo nos termos do artigo 15 e parágrafo único do artigo 42 da [Lei Municipal nº 17.794/2022](#).

CAPÍTULO III

DO FORNECIMENTO DAS MUDAS

Art. 27. As mudas serão fornecidas somente mediante agendamento prévio, ao órgão público municipal pelo processo SEI de solicitação de mudas e aos municípios pelo Portal SP 156.

§1º A entrega de mudas para os plantios de incremento realizados no âmbito do Contrato de Plantio da DAU/CGPABI/SVMA, deverá seguir o estabelecido no respectivo Termo de Referência.

Art. 28. Os órgãos municipais solicitantes são responsáveis pela execução do carregamento das mudas, utilizando mão-de-obra própria ou terceirizada, e deverão dispor da quantidade de funcionários necessários à execução do carregamento, conforme tabela abaixo:

Quantidade de mudas	Quantidade Mínima de ajudantes
Até 10	2
10-50	3
>50	5

§1º O órgão público requisitante ou a empresa terceirizada responsável pela retirada das mudas, deve atender as Normas Técnicas de Segurança do Trabalho NR17 e NR31, cabendo ao responsável da equipe a exigência da utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIs).

§2º O transporte das mudas deverá ser realizado preferencialmente em veículos com carroceria aberta e guardas laterais, condizente com o porte das mesmas e que permita o acondicionamento de forma a evitar danos e lesões.

Art. 29. O carregamento e transporte das mudas fornecidas por meio da Campanha Permanente de Incentivo à Arborização será de responsabilidade do município solicitante.

Art. 30. O fornecimento de mudas será cancelado nas seguintes situações:

I - Em dias de chuva com intensidade que impossibilite a retirada das mudas;

II - Em caso de não comparecimento na data/horário agendados;

III - Descumprimento das orientações dispostas no artigo 28 referentes ao carregamento das mudas, veículos adequados e mão-de-obra necessários.

Parágrafo único. Permanecendo o interesse na retirada de mudas, deverá ser solicitado o reagendamento, em até 10 (dez) dias do cancelamento, por meio do Processo SEI ou Portal 156, e aguardar informação de nova data e horário para a retirada das mudas, sendo que decorrido esse prazo sem manifestação o processo será arquivado.

Art. 31. Finalizado o carregamento das mudas, será emitido o Termo de Saída de Mudas (Anexo 09 desta Portaria) que deverá ser assinado por pessoa que se responsabilizará pela retirada e transporte das mesmas, assumindo obrigações referentes à tutela, manutenção e plantio, contendo:

I - Número do Processo SEI ou SIGRC;

II - Órgão ou município solicitante;

III - Número do Agendamento;

IV - Espécies retiradas (nome popular e científico);

V - Quantidade de mudas retiradas, por espécie;

VI - Quadra que a muda foi retirada;

VII - Identificação do responsável pela retirada das mudas;

VIII - Data da saída.

Art. 32. Para cada fornecimento de mudas registrado com o Termo de Saída de Mudas, deverá ser entregue um relatório fotográfico "datado" do momento anterior e posterior à execução dos plantios, do mesmo ângulo, comprovando o plantio realizado, sob pena de fiscalização e impedimento de novas retiradas de mudas junto ao viveiro municipal.

I - As equipes de plantio da DAU/CGPABI/SVMA comprovarão os plantios nos respectivos processos de medição contratual, devidamente acompanhados e fiscalizados.

II - Demais órgãos municipais deverão juntar os registros fotográficos ao processo SEI de solicitação das mudas, contendo os endereços dos plantios executados e assinados pelo solicitante.

III - Os municípios deverão entregar o relatório fotográfico, em até 10 (dez) dias corridos após a data de fornecimento constante no Termo de Saída de Mudas, por meio do Portal SP 156.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O viveiro estacional suspenderá por 5 (cinco) dias úteis as atividades de atendimento ao público para execução do inventário físico disposto no Art. 4º desta Portaria.

Art. 34. As mudas fornecidas não poderão ser utilizadas para fins de comercialização ou plantios em cumprimento de Termo de Compromisso Ambiental - TCA e/ou Termo de Ajuste de Conduta - TAC.

Art. 35. O fornecimento de mudas fica condicionado ao volume de estoque disponível no viveiro municipal no momento da solicitação.

Parágrafo único. Na Campanha Permanente de Incentivo à Arborização, o fornecimento de mudas ao município também dependerá de análise técnica das condições do imóvel demonstradas nos documentos de solicitação, segundo as diretrizes do Manual Técnico de Arborização Urbana.

Art. 356 Será fornecido ao município, folheto explicativo e orientador contendo informações sobre como executar o plantio e a manutenção das mudas.

Art. 37. Para os Termos de Agendamento para Entrega de Mudas emitidos até a publicação desta Portaria, serão aplicados os procedimentos da [Portaria SVMA nº 85, de 14 de outubro de 2010](#).

Art. 38. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas a [Portaria SVMA nº 85, de 14 de outubro de 2010](#) e a [Instrução Normativa SVMA nº 13 de 17 de março de 2022](#).

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente



Anexo 1: [103434287](#)

Anexo 2: [103434575](#)

Anexo 3: [103434884](#)

Anexo 4: [103435980](#)

Anexo 5: [103436240](#)

Anexo 6: [103436467](#)

Anexo 7: [103436695](#)

Anexo 8: [103436883](#)

Anexo 9: [103437173](#)

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E APOIO AOS COLEGIADOS

Documento: [104115587](#) | **Ata**

Ata da 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

Data: 15/05/2024

Duração: 2 horas 31 Minutos 34 segundos

Local: Predio SVMA, Térreo - Sala de Reuniões

Online- Plataforma Microsoft Teams

Pauta:

1. Aprovação da Ata da 263ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;

2. Posse da Conselheira Suplente **Alexandra Viegas Oliva**, representante da SVMA/ UMAPAZ;

3. Aprovação da alteração da composição das Câmaras Técnicas do CADES;

4. Apresentação da "Carta manifesto para salvação das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM", pelo Sr. Rogério Peixoto e Dr. Gilberto Natalini;

5. Apresentação do "Procedimentos atuais e mudanças na coleta de resíduos sólidos na cidade de São Paulo", pela Conselheira Fanny Elisabete Moore.

6. Aprovação do Parecer da Câmara Técnica III - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação.

Participantes

Mesa Diretora:

· Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário

· Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC

· Rute Cremonini de Melo - Secretária Executiva

Assessores:

· Sérgio Eduardo Hatsumura Hanasiro - Assessor

· Neusa Pires - Assessor

Apresentadores Técnicos convidados:

· Rogério Peixoto

· Dr. Gilberto Natalini

· Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES

· João Manoel da Costa Neto - Presidente da SP Regula

· David Tegangno - Gerente de Saneamento Ambiental

Conselheiros(as)

· Oliver Paes de Barros de Luccia

· Patrícia Marra Sepe

· Janaina Soares Santos Decarli

· Ana Lúcia de Lima Fiorotti

· Douglas de Paula D'Amaro

· Adriana Maria Sabbag Neuber

· Magali Antônia Batista

· Patrício Gomes Moreira

· Claudio de Campos

· Thais Joyce da Silva Amorim

· Kelly Akemi Mimura

· Cassia Adriana Alves Ribeiro da Cunha

· José Carlos da Silva Paludeto

· Alexandra Viegas Oliva

· Juliana Laurito Summa

· Juliano Ribeiro Formigoni

· André Martins Ferreira

· Célia Regina Buono Palis Poeta

· Guilherme Del Nero Fiorellini

· Carlos Alberto Maluf Sanseverino

· Marco Antonio Lacava

· Edilene Souza Machado

· Alessandro Luiz Oliveira Azzoni

· Mario Luís Fernando Albanese

· José Ramos de Carvalho

· Jaciara Schaffer Rocha

· Fanny Elisabete Moore

· Edvan da Silva Santos

· Maria de Fátima Saharovsky

· Delaine Guimarães Romano

· Celina Cambraia Fernandes Sardão

Conselheiros CADES Regional - Santana do Tucuvi

· Elpidio Ulian Junior

· Vera Lucia Lopes Agueda

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Agora a gente começa, um pouquinho, quase nada atrasado, mas com tudo funcionando. Coisas da tecnologia. Bom, bom dia, senhores conselheiros, conselheiras, demais presentes, nossos convidados. Na qualidade de presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos, secretário adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, dou início a 264ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo - CADES, convocados nos termos do Art. 7º do regimento interno conforme a Resolução Número 140 CADES/2011, que se realiza na data de hoje, dia 15 de maio de 2024, quarta-feira, às 10 horas e 15 minutos, de forma semipresencial, em nossa sala de reuniões, do prédio da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, e também por meio da plataforma Microsoft Teams. Passo agora a palavra para a nossa coordenadora geral, Sra. Liliane Arruda, para darmos início à nossa reunião e pauta do dia. Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Bom dia, secretário. É que eu e o Carlos estamos um do lado do outro aqui, então da microfonia. Bom dia a todos presentes aqui, a todos os nossos conselheiros e conselheiras presentes. Quero agradecer imensamente aos nossos convidados de hoje e aqui nosso coordenador José Carlos, presencial conosco também. Com a sua licença, presidente, eu tenho dois recados para dar antes do início da nossa reunião de hoje, referente ao pedido da Delaine, que é a relação dos parques referente à subprefeitura, já está no grupo de vocês, e a Neuza, após a reunião, ela vai encaminhar via e-mail aos solicitados. Então, todos os conselheiros aqui vão ter a relação dos parques na base das subprefeituras. O nosso segundo recado é no dia 25 de maio, vai cair no sábado, das 9 horas da manhã às 18

horas, nós vamos ter o 2º Fórum dos Conselhos Gestores. Então, eu quero convidar vocês também para participar. Também vou encaminhar para vocês o link das inscrições, para as inscrições. E eu quero agradecer imensamente cada um que se propôs a ir conosco lá nesse dia, né, que vai ser muito interessante, vai estar com o nosso secretário de mesa, e para vocês terão também de grande valia aí a apresentação. Passando então agora para o primeiro ponto do nosso expediente: Aprovação da Ata da 263ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Dessa forma, colocamos em votação o referido item. Então damos como aprovado a 263ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Passamos agora para o segundo ponto do expediente: Posse da conselheira suplente, Alexandra Viegas Oliva. Ela é representante da SVMA/UMAPAZ. E eu quero agradecer a presença dela aqui conosco, está presencial, Alexandra, quero te agradecer aqui. E mediante as suas palavras, logo em seguida que o nosso presidente vai dar a sua posse, então dou a palavra ao nosso presidente da mesa agora para estar dando posse para você.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Bom, considerando a publicação da Portaria SGM nº 39 de 19 de março de 2024, nesse ato, eu dou posse à nossa conselheira suplente, representante da UMAPAZ, e abro o palco aqui para, caso você queira falar um pouquinho, se apresentar, é sempre bem-vindo. Alexandra, muito obrigado. Esperamos que seja muito profícua sua participação aqui na Secretaria. A gente está sempre de braços abertos, como eu falo constantemente, o nosso gabinete está de portas e braços abertos para todos os nossos conselheiros do CADES. Bem-vinda e que seja muito feliz aí na nova atribuição. Ok. Vamos em frente?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Vamos sim, Carlos. Estamos passando agora para o terceiro ponto do expediente: A aprovação da alteração da composição das câmaras técnicas do CADES. Então, como colocada a discussão e aprovação de todos os conselheiros e conselheiras, a conselheira Estela Macedo Alves, ela é representante da IAB, ao qual ela apresenta a renúncia da titularidade como membro da Câmara Técnica II. Em substituição, acatamos a solicitação do conselheiro Ricardo Crepaldi, representante da ABES-SP, para compor a referente Câmara. Eu peço, então, a todos, dando como aprovação, Obrigada. Seja muito bem-vindo, Ricardo Crepaldi, como nosso membro aqui da Câmara Técnica. Quero agradecer imensamente pela sua disposição conosco. E a próxima solicitação é do conselheiro, nosso coordenador da UMAPAZ, José Carlos (som ininteligível). Obrigada, José Carlos. Ele está aqui conosco presencial, o qual também apresenta renúncia da titularidade como membro da Câmara Técnica II, IV e da V, em substituição, acatando a solicitação da conselheira Alexsandra, em troca, né, representante da UMAPAZ. Então, seja muito bem-vinda às nossas câmaras. Obrigada. Por fim, após o nosso (som ininteligível), os membros, conselheiros e conselheiras com as suas respectivas câmaras alteradas, dessa forma, a Resolução número 254 CADES/2023, de 13 de setembro de 2023. Vai sair em diário oficial, tanto do Ricardo e tanto da Alexandra, da substituição. Então nós vamos colocar em aprovação. Dos nossos conselheiros que aprovam a substituição, por favor. Damos, então, como aprovado por unanimidade de todos. Passamos agora então para o quarto ponto do expediente: A apresentação da carta manifesto para salvação das áreas de proteção e recuperação de mananciais, APRN, pelo Sr. Rogério Peixoto e Dr. Gilberto Natalini. Quero aqui agradecer imensamente ao Rogério e ao Dr. Natalini pela disponibilidade de estar aqui conosco, com o CADES Municipal, trazido pela nossa conselheira Fanny. Quero agradecer por isso, pela sua manifestação, acolhimento e sua disposição em trazer eles para se manifestarem e para colocar em pauta. Então, passo a palavra para o Sr. Rogério e o Dr. Gilberto Natalini.

Rogério Peixoto: Bom dia a todos. Estão me ouvindo bem aí? Meu nome é Rogério Peixoto, eu sou ex conselheiro de Meio Ambiente do CADES Cidade de Ademar. Eu sou lá do Eldorado, que é um bairro da Zona Sul de São Paulo, ali na divisa com o Diadema, junto com a Represa Billings. E a gente elaborou esse manifesto SOS mananciais em conjunto com o CADES, com a Lorena, que é conselheira do CADES, ela acolheu a nossa solicitação na elaboração desse manifesto, porque lá nós temos um problema muito sério, um embate muito grande entre a questão do déficit habitacional e a questão da preservação do meio ambiente. Essas duas coisas estão entrando em conflito nas áreas mananciais, não só nas áreas mananciais, elas estão expandindo para mais longe, para o Cinturão Verde, que cerca a metrópole. Então, nós fizemos aqui uma apresentação bem sucinta de PowerPoint, porque eu quero deixar mais tempo para o doutor Gilberto Natalini falar, porque é ele que fez um dossiê denunciando a ação do crime organizado naquela área, e esse dossiê é o documento que serviu de base para a elaboração do nosso manifesto. Tem uma apresentação em PowerPoint aí que eu queria pedir, por favor, para colocar na tela?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Você encaminhou para a gente?

Rogério Peixoto: Eu encaminhei para a Fanny.

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Liliane, com licença, eu encaminhei para a Neuza todas as apresentações de hoje.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Você apresenta Fanny, por favor?

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Não entendi.

Rogério Peixoto: Bom, se não tiver o PowerPoint, eu posso falar alguma coisa. Pode ser, então?

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Eu tenho como compartilhar se vocês autorizarem.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Está autorizado Fanny.

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Deixa-me ver se consigo. Onde é que eu coloco? Mas eu mandei isso por e-mail, por WhatsApp, para a Neuza, há mais de dez dias. Não é possível.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Já está em tela, já.

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Já está em tela? Só que nós ainda não estamos vendo ainda.

Rogério Peixoto: Eu não estou vendo aqui.

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Nem eu também. Liliane. Liliane, por favor.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Rogério, nós vamos compartilhar por aqui. Aí fique à vontade já para começar a sua apresentação e diálogo.

Rogério Peixoto: Está bom. Esse primeiro slide é a capa do PowerPoint. Isso aí são as áreas de mananciais como elas se encontram agora. Apesar da lei de proteção dos mananciais feita lá em 1976, a situação que a gente vê hoje é essa aí. Tudo ocupado de maneira predatória, poluindo a represa Billings, ameaçando os nossos mananciais. E assim, eu queria ser bem claro e dizer que se nada for feito agora, daqui a mais uns 10 ou 20 anos, nós não vamos ter mais áreas de mananciais na zona sul de São Paulo. Isso aí é um desmatamento mostrando a ação do crime organizado, como é que acontece naquelas áreas lá. Parelheiros, principalmente, Capela do Socorro, todas aquelas zonas. Primeiro eles vão lá, desmatam tudo, depois fazem arruamento, tudo clandestinamente, e a coisa vai seguindo, e depois esses lotes são vendidos a partir de 30 mil reais é possível comprar um lotezinho, e virou isso aí uma indústria, como a gente viu lá. No dossiê do Natalini, a previsão de faturamento com essa indústria do crime é de um bilhão, bilhão com "b" de bola, de reais. Essa é uma ação que começou mais ou menos nos anos 2000 para cá. Esse é o Conjunto Residencial Cocaia, no Grajaú, que faz parte do Programa Mananciais da Prefeitura. Agora, no nosso entendimento, o nosso manifesto traz uma proposta mais atualizada em relação à nova questão que está sendo discutida em arquitetura e urbanismo, que trata do adensamento da cidade de São Paulo, ou seja, fazer a cidade crescer para dentro e não para fora, em direção às áreas de mananciais, como foi feito historicamente, a cidade de São Paulo cresceu assim, como todo mundo sabe. Então, lá nos anos 70, quando São Paulo mudou de perfil cidade industrial para cidade de serviços, muitas áreas ficaram ociosas dentro do tecido urbano da cidade, áreas mais próximas do centro, e é essa área que a gente pretende adensar com moradia popular, com prédios baixos, quatro, cinco andares no máximo, sem garagem, e direcionado para a população de baixa renda. Existem muitas áreas de São Paulo que podem receber moradia HIS sem você precisar desmatar lá nas áreas de mananciais. Aqui diz que são 303 mil m² de área. Quer dizer, é uma área de mata que a gente está perdendo para fazer o programa mananciais. O próximo slide, por favor. Esse aí é o Residencial Espanha, que é o exemplo do que eu acabei de falar, o que não deve ser feito em uma área de proteção ambiental, como são as áreas mananciais. O Residencial Espanha é de 2016 tem 3.860 unidades e é uma área onde seria implantado o Parque dos Búfalos, ali no Jardim Apurá, na Represa Billings, e foi usado para fazer esse conjunto habitacional enorme, quer dizer, uma minicidade Tiradentes aí. E a gente sabe hoje, pelo menos arquitetos e urbanistas que discutem em São Paulo, sabem que aquilo é um erro, porque você está jogando a população periférica para muito longe de São Paulo. Aí você tem que colocar metrô, tem que levar transporte público, tem que alargar avenidas e tudo mais. E o pior, esse tipo de ação do Parque dos Búfalos incentiva para que venham mais ocupações em torno desse conjunto residencial Espanha, como já está acontecendo. Toda semana a gente recebe denúncia de queimadas em volta desse residencial, que o pessoal está queimando para depois chegar lá e começar a construir suas habitações. Então, de novo, insistindo nesse ponto, a gente tem que fazer o adensamento da cidade nessas áreas mais próximas do centro. Pronto, esse aí é um exemplo de um que poderia ser receber a habitação HIS. Eu peguei um exemplo da internet, uma foto de um galpão lá na Lapa, que está abandonado lá, que eu não tenho aqui qual é a área disso daí, mas que poderia receber pequenos conjuntos habitacionais de até 300, 400 moradias no máximo, e poderia isso ser replicado em vários pontos da cidade, onde a área ociosa que pode receber moradia. Então, é isso aí o nosso PowerPoint. Agradeço a todos vocês pelo convite. Eu queria passar agora a palavra para o Gilberto Natalini para ele falar sobre o dossiê. Muito obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Rogério. Por favor, doutor Natalini.

Dr. Gilberto Natalini: Pois não. Olha, eu vou ser bem sucinto para não ocupar o tempo da reunião do CADES, mas a minha primeira palavra é cumprimentar o secretário Carlos Eduardo, cumprimentar as conselheiras, os conselheiros do CADES, agradecer ao Rogério e à Fanny a oportunidade do convite de estar aqui com vocês e entrar imediatamente no tema que é, para mim, muito honroso estar aqui na reunião do CADES, que é um exemplo de democracia participativa na área pública da cidade de

São Paulo. Na verdade, as ocupações dos mananciais começaram há 50 anos. São quatro movimentos. O primeiro deles foi quando industrializou a região sul, vieram milhares e milhares de pessoas trabalhar nas fábricas na região de Santo Amaro. Essas pessoas foram morar do outro lado do rio, obviamente, nas áreas que eram em torno das represas Guarapiranga e Billings. E aquilo foi facilitado, foi organizado, não pelo poder público, mas por loteadores clandestinos, que tinham imobiliárias clandestinas, que foram ocupando aquilo à revelia de uma organização de um planejamento urbano mais organizado. Isso aconteceu durante a década de 60, 70, até começo da década de 80. O segundo movimento, a partir de meados da década de 80, foram ocupações organizadas pelo chamado Movimento Popular de Moradia. A primeira ocupação que houve organizada, eu me lembro muito bem, foi na fazenda Itupu, que era uma mata fechada que tinha lá na beira da represa de Guarapiranga. Foi, acho que em 1981, uma ocupação feita pelo movimento popular lá, depois foi tirada pela polícia na época, o governo Figueiredo, o governo Maluf, foi tirada pela polícia, mas aquilo ficou um exemplo e, em seguida, várias ondas de invasão do movimento popular na região, se você for ali perto daquela antiga aviação Bola Branca, no Grajaú, você vai ver um bairro inteiro, na verdade, uma favela inteira em torno da represa, que foi uma ocupação feita pelo movimento popular, de moradia. Existe uma terceira ocupação que é feita correntemente, que a gente chama de ocupação formiguinha, que não tem uma organização de fundo. São pessoas que precisam morar, que põe a família, põe as coisas dentro de uma Kombi, dentro de uma caminhonete, vai lá para um terreno, para um lugar, uma aba de área na Zona Sul, desmata um pedaço, põe uma barraca, entra embaixo, depois constrói de bloco, são ocupações individualizadas, mas que aos milhares vão se tornando um problema por cada carência de moradia. E a última que aconteceu agora, depois de 2014, que assustou a gente de uma forma, porque foi muito aguda, muito violenta, muito criminosa, foi que o crime organizado, o PCC, vamos falar o nome das coisas, a gente não pode ficar escondendo atrás da cortina, eles resolveram investir nos negócios imobiliários, acharam que era uma forma muito tranquila de lavar dinheiro. E eles fizeram o quê, eles compraram, a partir de 2014, porque de 2007 a 2012 houve uma repressão, uma prevenção muito grande na região com a criação pelo governador Covas e pelo prefeito Kassab, Eduardo Jorge era o secretário do Verde, da tal Operação Defesa das Águas que reuniu 40 órgãos de Estado, do Município, Tribunal de Justiça, Ministério Público, INCRA, IBAMA, Governo Federal, chegou ao ponto de, em 2012, termos quase zero de ocupação e quase zero de desmatamento nas áreas de mananciais. Foi um sucesso. Mas, em seguida, mudou a prefeitura, o prefeito que veio não deu mais continuidade, e aquilo se desfez. Aí o crime entrou de uma forma organizada, pelo nosso cálculo. Porque, no segundo semestre de 2017, como a coisa estava muito violenta, eu estava na Câmara e resolvi fazer um estudo, que foi a base para esse dossiê. Nesse dossiê, nós identificamos, a partir do que a gente viu, do que a gente visitou, a partir de drones, a partir de fotos de satélite. Ouvimos mais de 100 testemunhas locais lá, que a gente manteve em segredo para não arriscar a vida das pessoas. Nós identificamos, aproximadamente 3 milhões de m² de área desmatada, aproximadamente 1,5 milhão de árvores derrubadas, aproximadamente 49 mil lotes sendo preparados para venda e muitos vendidos praticamente em praça pública, porque eles colocavam anúncio em todos os postes da região, nos terminais de ônibus, era uma farra do boi, e, pelos nossos cálculos, nesse trabalho, eles assorearam cerca de mil nascentes, com um estudo de uma geógrafa da Unicamp, que nós contratamos para fazer o estudo, e iriam ganhar, não é um bilhão, viu, Rogério? É R\$ 1 bilhão e 900 milhões de reais na venda desses lotes. Era um negócio muito lucrativo. O sítio Irma, por exemplo, que aquele Manolo comprou, aquele Manolo que foi morto depois pelos próprios comparsas, que era um dos chefes do crime organizado da região sul, ele comprou por R\$ 5 milhões, e se ele vendesse todos os lotes que eles prepararam ali, naquela área linda, com duas nascentes enormes, uma área de mata fechada, eles iam vender por R\$ 37 milhões. Então, vocês veem a compra em R\$ 5 milhões e a venda em 37, o quão lucrativo e o quão movimentado era esse negócio. Eu procurei os governos todos, o Estado, o município, e os governos, tanto a Prefeitura como o Estado, foram muito vagarosos na resposta, na reação. Foi um trabalho gigante na Câmara também propus uma CPI que não foi aprovada, a direção da Câmara não quis aprovar, enfim. Aí eu fui ao Ministério Público e levei esse dossiê. O dossiê está aqui na minha mão. Quem o tiver, a gente tem online para vocês verem. É um dossiê que está distribuído para todo lado. Por quê? Porque isso serve de exemplo para a gente ver como temos que proteger as áreas importantes de mananciais. O Ministério Público abriu 186 ações civis públicas. E aí, em 2020, o prefeito Bruno Covas, se relacionou com o governo do Estado e reativou a chamada Operação Integrada Defesa das Águas, que está funcionando. Começou a agir, criou a Secretaria do Clima, criou o Plano de Ações Climáticas do município de São Paulo e sentimos, então, Prefeitura e Estado voltar a se preocupar com a preservação do tamanho que o ataque da criminalidade fez nas áreas de mata de mananciais. Isso deu resultado. Isso deu resultado por quê? Porque houve um arrefecimento com a ação do Ministério Público e a OIDA funcionando, houve mais de 120, 130 desfazimentos e repressão de 2020 até há pouco tempo. Houve um arrefecimento do ataque, não que zerasse o ataque, não zerou ainda. Ainda existe o perigo, ainda existe o desmatamento, ainda existem focos de incêndio, vamos dizer assim, para todo lado. Mas é claro que, do tamanho que era o que está agora, praticamente arrefeceu. E mudou-se para fora de São Paulo. Se você foi em Itaparica, no Embu, toda aquela região ali, de Taboão, vocês vão ver as matas caindo na velocidade e no tamanho que as nossas caíram aqui pelas mãos das mesmas organizações criminosas que fizeram aqui, porque lá os prefeitos não estão ligando, não estão fazendo, a coisa

é derrubada sem nenhuma reação do poder público. Para terminar, eu queria dizer que um anseio nosso de muitos anos, um anseio acalentado no peito da gente e de todas as pessoas preservacionistas das matas de São Paulo, ele vem sendo colocado em prática. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente levantou 32 áreas de mata ainda em pé, áreas importantes de mata nativa ainda em pé, intactas, e apresentou ao prefeito de São Paulo para que seja objeto de utilidade pública e de desapropriação, para se transformar essas 32 áreas em parques municipais naturais ou em áreas de preservação protegidas pelas áreas da Prefeitura. Essa desapropriação, depois o secretário, se quiser, pode complementar, aí fica à vontade, por favor, secretário. Ela custará R\$ 750 milhões em dinheiro e ela é uma área que São Paulo tinha, até 2004, 15 milhões de metros quadrados de áreas de parques públicos. Em 2012, tinha 50 milhões, quer dizer, aumentou três vezes em oito anos, na gestão Serra e Kassab, e depois foi aumentando aos pouquinhos, foi aumentando pouco. Agora, com essa ação, se ela for concretizada, e parece que as desapropriações estão caminhando, eu tenho acompanhado, e vão acontecendo, nós teremos mais 150 milhões de metros quadrados de áreas de mata protegidas como partes naturais na cidade de São Paulo. Isso significa que somado aos 50, são 200 milhões, que seria mais de 10% da área da cidade em mata em pé protegida, particularmente nas áreas de mananciais. Isso é muito importante, ainda não é o suficiente, porque a gente tem que ter, como a pressão habitacional é muito grande em cima das margens das represas, nós temos que ter uma política habitacional envolvendo governo federal, governo estadual, governo municipal, para salvar o que resta de mata, de nascentes e água em volta, nas áreas mananciais de São Paulo. Rapidamente, é o que eu queria dizer para não tomar muito tempo de vocês. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. E a luta continua no jargão popular, como a gente fala há dezenas e dezenas de anos, a nossa luta de preservação continua com todos vocês juntos no mesmo barco. Obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Natalini, a gente só pode agradecer a sua grande parceria, a sua participação, secretário Natalini, já foi secretário do Verde e Meio Ambiente em 2017, recentemente foi secretário de Mudanças Climáticas, ano passado e saiu recentemente. Então, as suas notas e a sua participação em relação ao Verde Meio Ambiente é muito, mas muito importante para todos na cidade de São Paulo. Eu queria fazer nota que eu faço parte da OIDA, inicialmente estadual e depois a municipal desde 2020. E eu tenho acompanhado de muito perto o desenvolvimento desse trabalho, trabalho inglório, que é tentar proteger os nossos mananciais. Com a ajuda do prefeito, com a participação muito importante e com o comprometimento da Prefeitura de São Paulo, do prefeito Ricardo Nunes, nesse assunto. Como eu falei, é um trabalho inglório, por quê? Porque trabalhamos, é uma batalha contra o crime organizado. As maiores áreas, as áreas mais difíceis, são tomadas pelo crime organizado. A cidade não tem como e não tem pessoal suficiente para estar o tempo todo em todas as áreas, muitos crimes são cometidos à noite. E a cidade, diuturnamente, esse tempo todo, tem só aumentado a pressão sobre essas áreas, sobre esse tipo de crime. Recentemente, já faz algum tempo, foi criada a Guarda Civil Metropolitana Ambiental. A gente tem o apoio da Polícia Militar Ambiental, a gente tem o apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi criado, como o Natalini falou, a Secretaria de Mudanças Climáticas. Essa questão nas áreas de mananciais é crítica, é muito importante e tem a nossa atenção todos os dias. A ponto de, como eu falei, o prefeito criar a Secretaria de Mudanças Climáticas, a qual o nosso querido Natalini foi também secretário. Não é um trabalho fácil, é um trabalho que não importa, não tem relação somente com habitação, nós trabalhamos com questões sociais, então somente trabalhar desocupações com a Polícia Militar, com a Guarda Civil Metropolitana Ambiental não é suficiente. Outras secretarias da própria Prefeitura, como SEHAB, como Direitos Humanos e Cidadania e outras Secretarias de Proteção da Pessoa, né, são importantes. Obviamente a gente trabalha, já tem desenvolvido a própria Secretaria de Mudanças Climáticas e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, tem desenvolvido ações de retomada dessas áreas, mas a gente também precisa trabalhar junto com os outros órgãos, Ministério Público, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e aqueles outros órgãos que auxiliam, que nos auxiliam a retomada dessas áreas, a retomar essas sendo redundante, retomar essas áreas e mais importante, é algo que eu falo muito na OIDA, não adianta só retomar as áreas depois que elas foram depredadas, a gente tem que fazer o replantio e muitas vezes a gente esbarra em legislação quando o terreno é de particulares onde a prefeitura não pode entrar no terreno para fazer o replantio. É uma questão legal que tem que ser solucionada pelas autoridades municipais e estaduais, é um assunto fundamental para a gente. A gente teve na década passada os problemas de escassez de água e os mananciais que nós temos na Zona Sul de São Paulo são fundamentais para a preservação e para a garantia da água que a gente consome todos os dias. Não preservar os mananciais, não preservar os terrenos com mananciais da Zona Sul de São Paulo é realmente colocar em risco o futuro hídrico da cidade de São Paulo. Então, louvamos e agradecemos sempre a presença e a batalha que o nosso ex-secretário Natalini e tantos diversos colegas e amigos realizam todos os dias para tentar chamar a atenção das autoridades, chamar a atenção do Ministério Público, de tribunais, quanto à importância dos nossos mananciais, dos mananciais que garantem a cidade de São Paulo e cidade limítrofes a nossa capacidade hídrica. Natalini, muito obrigado pelas suas considerações, é muito importante. Não adianta, como eu falei, não adianta só a gente falar, a gente tem que ter ações. E nesse ponto, a cidade de São Paulo, a gestão Ricardo Nunes, está fazendo o possível e o impossível para garantir exatamente essas áreas, como bem lembrado pelo ex-secretário Natalini, o prefeito acabou de assinar o decreto de desapropriação de 11% da cidade

de São Paulo. Essa área é maior do que a cidade de Paris. Garantindo o que? Que nós teremos, que a gente garante que o verde de São Paulo continuará verde e só se ampliará. Não há dentro do G20, das cidades do G20, nenhuma cidade igual a São Paulo. Que tenha tanto verde quanto a cidade de São Paulo. Como diz a nossa bandeira, a bandeira da cidade de São Paulo, "Non ducor, duco". A gente não segue qualquer um. Nós damos exemplos e os outros que nos seguem. E para isso a gente precisa da participação, envolvimento de todos, não só do executivo municipal, dos órgãos de segurança e, obviamente, fundamental, a participação da sociedade civil. Natalini, muitíssimo obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sr. Sanseverino, por favor.

Carlos Alberto Maluf Sanseverino: Muito bem, bom dia. Bom dia, senhor, secretário, doutor Carlos Eduardo. Estão me ouvindo? Estão me ouvindo? Sim? Muito bem. Então, eu queria saudar o secretário, saudar o meu amigo, o professor Gilberto Natalini, querido amigo de longas batalhas. E Gilberto, como sempre, traz aqui uma luz de referência. E como foi dito aqui pelo secretário Carlos Eduardo, a nossa gestão do atual prefeito é realmente disruptiva em muitos aspectos. Mas eu acho que nós precisamos fazer mais. Então, eu queria aqui trazer a força, Gilberto, da sociedade civil, somando a denúncia que você fez ao Ministério Público, quero colocar a Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, nós hoje somos 1 milhão e 400 mil advogados no país, mais de 600 mil no estado de São Paulo, uma ramificação em 224 cidades. Então, Gilberto, eu queria pedir a você que esse material que você expôs pudesse ser disponibilizado via a doutora Liliane, pudesse ser escaneado e compartilhado, e aí eu convidei os demais conselheiros que aqui estão, que quiser somar a nós, para que a gente faça uma corrente, vamos fazer, organizar uma visita ao Ministério Público do Estado de São Paulo, vamos olhar o que nós podemos fazer como (som ininteligível) nos solidarizar e verificar com o Procurador-Geral o que foi feito, o que está sendo feito para tentar frear esse avanço completamente desregrado e criminoso em cima dos mananciais na cidade de São Paulo. Me lembro, Gilberto, que nós dois juntos estivemos palestrando na COP15, em Paris, e lá havia conosco toda uma expectativa, você se lembra disso, eu representando o OAB, naquela época eu presidia o Conselho Nacional do Meio Ambiente, e você também foi representando a Câmara Municipal da maior cidade do país, do Brasil, e eu tive lá a honra de ver a sua fala em Paris. E lá nós tínhamos uma circunstância que era aquele vislumbre do que poderíamos ser as mudanças climáticas. E agora, se falava no princípio do não retrocesso. Acho que nós passamos um pouco dessa curva, né, Gilberto? E estamos colhendo disso, infelizmente, com os nossos irmãos no Sul e com tantas catástrofes naturais no mundo inteiro. Então, antes que isso também assole a cidade de São Paulo, porque certamente esse avanço desregrado no sul da capital pode trazer para nós um desequilíbrio de temperatura na cidade e uma circunstância que já foi explorada por outros profissionais, como o Bocuí, os rios aéreos, tantas coisas que a gente pode falar, mas aqui a minha intervenção é pontual. Primeiro, inicialmente, mandar um beijo na testa do meu amigo Natalini. E segundo, dizer para ele, por gentileza, compartilhe o material, conte conosco, e aí peço licença ao secretário Carlos Eduardo, um grande líder, que possa verificar com o Ravena, para a gente organizar esse colegiado de organizações não-governamentais, a sociedade civil, para nós juntos fazermos uma corrente e irmos lá falar com o Ministério Público e organizar uma pressão para organizar e entender a métrica do atual estágio das providências do Fiscal da Lei, dos (som ininteligível), que é o Ministério. No mais, quero mais saudar a todos vocês e agradecer a oportunidade da participação.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Sr. Sanseverino, obrigado pelas suas palavras. Eu só queria adicionar que eu acho muito importante, não só colocar a Secretaria do Verde e Meio Ambiente na figura do nosso querido secretário Rodrigo Ravena, mas principalmente colocar a Secretaria de Mudanças Climáticas com o nosso secretário (som ininteligível) que está à frente desse processo, está à frente da OIDA municipal. É fundamental também a participação da Secretaria de Mudanças Climáticas da cidade de São Paulo. No mais, agradecemos e louvamos o envolvimento da Ordem dos Advogados do Brasil na seção São Paulo e a oferta de envolvimento, é fundamental a participação da advocacia nesses assuntos. Muito obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Fanny?

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Eu gostaria de agradecer imensamente a possibilidade que nós tivemos de trazer esse importante tema para o CADES Municipal. Agradecer ao doutor Natalini, um histórico, uma presença importantíssima na história da cidade, no cuidado com o meio ambiente. E ao Rogério, nosso colega do CADES Cidade Ademar, que preparou essa carta manifesto a partir do dossiê do Natalini. E essa participação da OAB é muitíssimo bem-vinda, e eu gostaria só de deixar um convite para que a gente chamasse também a Secretaria de Habitação, que era para dar prosseguimento à proposta do Rogério, que é onde nós vamos construir a HIS na cidade. Porque se a gente continuar nas beiradas, nós vamos fazer a mesma coisa. Então a gente pode verificar o que está sendo feito, onde está sendo feito, abrir uma discussão nessa direção. Era só isso. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Oliver por favor.

Oliver Paes de Barros de Luccia: Oi, boa tarde, meu nome é Oliver, eu sou arquiteto na Secretaria de Habitação, entrei no

concurso faz dois anos, então ainda estou entendendo como funcionam todas as coisas, mas eu estou alocado na Secretaria Executiva do Programa Mananciais, então tenho acompanhado essas questões da moradia, da questão da ocupação em áreas ambientalmente frágeis, a questão de onde reassentar as famílias e o quão complexo é esse processo. E concordo com a ideia que o Rogério citou de ter uma cidade mais densa, mais concentrada. Aqui no centro a gente tem inúmeros prédios vazios que podem ser usados para habitação social, mas é um problema gigantesco. Na região de Mananciais, a gente tem uma densidade altíssima, mais de um milhão de pessoas morando lá, e muita ocupação em áreas muito frágeis, que é a orla da represa, na beira da represa, e os córregos afluentes que levam todo o esgoto dessas casas para as águas das represas. Na Guarapiranga está ficando um nível de água quase, em alguns lugares, quase irreversível, por conta do esgoto que é lançado. E as ações da Secretaria, esses conjuntos novos que estão sendo feitos, que o Rogério mostrou, como o cocaião, eles são, na verdade, para reassentamento das famílias que estão em áreas muito problemáticas, áreas de risco, áreas na beira da represa e áreas ao longo dos córregos, então a gente faz um esforço muito grande de reassentar essas famílias em locais mais apropriados para recuperar essas áreas que são ambientalmente frágeis. E daí consegue fazer o saneamento completo das bacias hidrográficas aos poucos, porque é uma quantidade muito grande. Poderia ser realocado em outros locais mais centrais poderia, mas tem até umas questões de legislação que obrigam a gente a reassentar as famílias na mesma bacia hidrográfica. Então, é complicado e é uma quantidade de pessoas muito grande. Esse conjunto cocaião são quase 3 mil unidades, mas cada área de favela que a gente entra para atuar são mais 1.000 famílias a serem reassentadas. Então, é um desafio realmente saber onde colocar tantas pessoas, né? Então, a gente procura terrenos que não estejam, esse terreno do cocaião, quando foi começado o conjunto habitacional, não estava uma mata que foi desmatada pela prefeitura. Já havia uma, já tinha sido começado um alojamento irregular em 2021 e daí a prefeitura entrou fazendo o projeto da habitação lá. Então, só para compartilhar essa minha experiência. Ainda sou novo, não tenho todas as informações, mas é uma questão que está sendo trabalhada de tentar. Os conjuntos habitacionais são só para os moradores que já moravam lá, então não está trazendo gente de fora para essas novas unidades habitacionais. E são construídas justamente para que a gente tenha a possibilidade de recuperar áreas frágeis na (som ininteligível) das empresas e ao longo dos córregos. E acho que o principal realmente é evitar novas ocupações. Eu tenho ido para lá quase toda semana ao longo desses dois anos e eu vejo, como o Natalini falou, muitas novas ocupações e a OIDA também ainda não tem a mesma força que tinha antes. Então, é muito difícil ver um movimento de combate a essas ocupações e achei muito louvável e interessante essa iniciativa do Verde de fazer as DUPEs, as áreas de desapropriação. Eu participo também do conselho da APA Bororé Colônia e da Capivari Monos, então eu acho que é uma solução que realmente pode ser efetiva no sentido de ter a posse dessas áreas com a Prefeitura de maneira a inibir novos loteamentos. Então, acho que é um bom caminho, mas acho que a gente tem que pensar junto como reassentar essa população gigantesca se não for para fazer conjuntos lá, como seria isso. Então, acho que é uma coisa que a gente precisa discutir em conjunto. Obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Oi Oliver, muito obrigado. É importante a gente ouvir. Fazendo uma nota, lembrando que a gestão Ricardo Nunes, ela já entregou mais habitações do que qualquer governo anterior na cidade de São Paulo. E até o seu final, deve ainda entregar mais ainda. São pelo menos, já foram entregues mais de 15 mil unidades habitacionais e a expectativa é que ainda sejam até o final do ano, até o final da gestão, mais ainda, são diversos programas diferentes, programas próprios, contratos de gestão terceirizada, projetos de retrofit e, obviamente, qual é a intenção desses projetos, além de dar moradia para quem realmente precisa? É diminuir a pressão habitacional que existe na periferia de São Paulo. Diminuindo também essa pressão, a gente tem a redução da capacidade das organizações criminosas de invadir, destruir os nossos mananciais, os nossos terrenos para ofertar esses terrenos. Então é todo um processo interligado que visa dar habitação, aumentar a capacidade da cidade, lidar com a criminalidade, lidar com a preservação do meio ambiente. É um projeto integral. Deixar isso consignado. Lacava, Perdão, Azzoni. Estamos te ouvindo. Azzoni?

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni: Primeiramente, acho que foi muito importante a apresentação da Natalini e acho que essa questão dos mananciais preocupa muito a questão de abastecimento da cidade. Lembrando que em 2014 nós tivemos uma crise hídrica muito forte e nós precisávamos, naquela época, nós recorremos exatamente a todos os meios de água que a gente tinha para fazer o abastecimento da cidade. Eu vejo dois pontos aí muito preocupantes. Uma, a questão, lógico, de expansão imobiliária dentro dos mananciais, que deveria ser extremamente proibido, não deixa de ser uma APA, então deveria ter ações muito mais incisivas. E a segunda, do aumento da participação do crime organizado, nós vimos isso acontecer no Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro hoje perdeu o controle. Então tem até empreendimento sendo feito praticamente pelo crime organizado e hoje não consegue mais recuar. Então eu acho que cabe, inclusive, Natalini a gente, expandir isso para o governo do estado, já que ele faz um combate muito forte com a questão do crime organizado, principalmente com o PCC nesse sentido, eu acho que para agir em conjunto com a questão da prefeitura nessas questões. Eu lembro que alguns projetos que até falavam naquela época, que na Represa Billings, quanto mais próximo se chegava a essas áreas ocupadas, o nível de oxigenação praticamente chegava a zero.

Então, quanto mais longe dessas áreas, praticamente você tinha a questão, não era uma qualidade perfeita, mas você tinha oxigenação na água. Quando você chegava próximo dessas áreas, a oxigenação morria. Então, nós temos aí três pontos muito importantes. Déficit habitacional, a questão de saneamento básico que acaba, se essa área for consolidada automaticamente, a prefeitura vai ter que fazer investimento, o estado vai ter que fazer investimento nessa questão de saneamento, vai ter que urbanizar uma área que não é para ser urbanizada. E a questão do crescimento do crime organizado e a questão que a gente tem que levar em consideração. No Sul nós vimos o que aconteceu com as chuvas e, principalmente, na região sudeste e centro-oeste, nós estamos sofrendo uma questão de não ter chuvas. Vocês viram que a chuva que nós tivemos ontem foi uma garoa. Então, praticamente, nós estamos aí há alguns dias sem chuvas e ainda vamos entrar no período de estiagem. Então, praticamente, o cinturão do centro-oeste e sudeste vai sofrer o efeito contrário da região sul. Nós vamos ficar com um período muito longo. Então se nós já vamos ter um período longo de estiagem e logo em seguida nós temos essas áreas que onde são a captação, nascentes das águas praticamente, a parte hidrológica da cidade, então nós vamos ter um problema muito grande lá na frente. Eu acho que nós podemos fazer uma ação, acho que a sociedade civil organizada, a gente tem a Associação Comercial, a FACESP, dá para se fazer um apoio nesse sentido para conseguir ajudar a Prefeitura, principalmente vocês Carlos, a Secretaria do Verde nesse sentido, de unir forças para tentar frear. E a questão de puxar o Estado nesse sentido, chamar o Tarcísio nesse sentido. O secretário de Segurança é muito forte nas ações de combate ao crime organizado, então acho que a gente podia intensificar essa ação conjuntamente. Eu acho que isso serve como, não adianta jogar só a responsabilidade para a Prefeitura, que ela sabe das limitações de questão de segurança pública. E a questão da expansão imobiliária é muito rápida. Ela é muito rápida. Quando você vai tomar uma ação efetiva, automaticamente ela já aconteceu. Mesmo que a gente acione o Ministério Público, nós sabemos os prazos processuais, os tempos de defesa, nós sabemos tudo isso. Então, acho que a gente tem que unir força nesse sentido para ganhar velocidade. Só isso. Muito obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Perfeito, Azzoni. Eu, frequentemente na OIDA, eu chamo a atenção que não é só o trabalho policial, o trabalho de retirada de invasões. A gente tem que trabalhar junto, como o Sanseverino falou, junto com a OAB e principalmente trabalhar junto com o Tribunal de Justiça para tentar educar a questão da educação ambiental, os juízes de primeira instância, os embargadores de segunda instância, educar o Tribunal de Justiça nessas questões ambientais, porque normalmente quando a Prefeitura, quando o Estado tenta retirar uma ocupação, aparecem 10, 20, 30 advogados com pedidos de liminares, com pedidos cautelares para exatamente proibir que o terreno seja retomado com a justificativa que já está consolidado ou que tem pessoas necessitadas vivendo já naquele terreno. Como a nossa Constituição tende, é social, tende a proteger a moradia e as pessoas, muitas vezes os juízes acabam numa saia justa. Mas isso aí também é uma estratégia processual de advogados que representam normalmente facções criminosas ou tentam proteger aquele terreno já tomado, aqueles terrenos já tomados pelo crime, que são utilizados para vender pequenos lotes a qualquer preço. Então, é importante a união de todos os envolvidos, ou seja, Prefeitura, como o Azzoni falou, Estado, Tribunal de Justiça, os órgãos do Judiciário, os órgãos de Segurança, para que a gente tente mitigar esse problema. É importante também o que a Azzoni falou, eles são rápidos, muito mais rápidos do que o governo. Então, se a gente não se unir, se a gente não trabalhar com ações realmente efetivas para proteger os nossos mananciais, a gente não vai conseguir. Azzoni, sempre importante a sua presença e as suas considerações. Muito obrigado.

Dr. Gilberto Natalini: Secretário, secretário, por favor.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Quem falou, Natalini? Pois não Natalini.

Dr. Gilberto Natalini: Secretário, eu estou aqui na Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, na sala do presidente. Ele está ali ao lado e eu marquei uma reunião com ele às 11 horas para tratar de questões aqui do funcionalismo do Estado. Eu vou ter que, infelizmente, eu tenho que me retirar. Vocês me perdoem, por favor. Obrigado pela oportunidade de estar com vocês aqui e eu estou à disposição para a gente fazer qualquer encaminhamento que queiram fazer para defender as áreas de matas e as áreas de mananciais. Posso, então, me retirar?

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Pode, claro, Natalini, muito obrigado pela sua presença, pelas suas considerações. O CADES Municipal está sempre aberto aí, de braços abertos à sua colaboração. Ok. Muito obrigado. Jaciara, deixa eu fazer um comentário. A gente está com 5 pessoas. A última é Maria de Fátima. A gente não vai abrir mais, senão a gente não consegue andar e já são 11h10. Então, a última a fazer considerações é Maria de Fátima, que está aqui como não verificada. E depois a gente encerra, está bom? Jaciara, por favor.

Jaciara Schaffer Rocha: Olá, bom dia a todos. Tudo bem? Obrigada por todas as orientações. Eu acho que vou fazer só um complemento, eu como arquiteta e urbanista de paisagem urbana. Nós poderíamos fazer essa comissão ou toda uma próxima reunião para que a gente, nesses espaços ainda que nos restam, que a gente vai ter que fazer um convencimento dessas pessoas que moram lá. E o convencimento na questão da educação ambiental, que eu acho de suma importância, pode ser feito de uma forma como está sendo feito nos Estados Unidos. Eu acabei de voltar, em hortas

urbanas. Então, a gente ocupa o espaço muito rapidamente, se transforma aquele espaço do qual as pessoas que moram no entorno vão consumir aquele alimento de forma orgânica, nós temos água para irrigação, e daí a gente começa a educar essas pessoas. Então, essa é uma forma da gente ocupar o espaço, o alimento é muito rápido em crescimento, em 30 dias nós já temos alimento, erva, tudo que vocês possam imaginar. E assim, junto com a UMAPAZ, a gente faz toda essa modelagem e a gente vai ocupando esse espaço com lotes de horta. Então, quem vai proteger não é só a gente, a sociedade civil, a prefeitura, o órgão federal, estadual, enfim, vai ser eles mesmo. Então, isso faz um ciclo vivo de toda uma expansão do qual a gente quer. O nosso objetivo não é produzir alimento, esse produzir alimento somente é uma tática de que a gente pertence, vai proteger aquele território e vai ter muitos olhos ali, porque se eu moro ali, eu como desse alimento e aquilo me faz bem. Então, traz bem-estar de qualidade de vida, traz bem-estar de qualidade de um espaço e de uma terapia viva, uma terapia verde. Então, eu acho que isso pode ser levantado também, eu deixo essas minhas considerações. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Valeu, Jaciara. Muito obrigado pelas sugestões. José Ramos.

José Ramos de Carvalho: Olá, tudo bem? Me escutam por aí? Bom dia, parabéns, pelo trabalho, especialmente pelo Rogério Peixoto, que é chão de de fábrica, como a gente diz, regional, e está numa luta. Parabéns, viu, Rogério? Isso nos inspira aqui na Vila Maria também, porque é uma questão muito inerente também na nossa região. Eu não vou retocar ninguém, eu agradeço a Azzoni na fala, que não houve chuva na região oeste do Brasil, então não deu para testar. Aqui a invasão, que eu digo que é a invasão empresarial aqui, que vai ser a futura estação de manutenção do metrô aqui, não nos preocupa, porque alterou muito fortemente a nossa região de Várzea, que é exemplo do Rio Grande do Sul, que é áreas de Várzea e é o que está acontecendo lá. Essas são nossas grandes preocupações e neste ano não foi possível testar ainda. Como diz o desembargador, Torre de Carvalho, precisamos, além dos projetos, testar a parte ambiental também, com todos os eventos e as estações aí, primavera, verão, outono, e como a gente vai superar isso. Mas eu queria estimular também o Sanseverino, da OAB, que coloque a Zona Norte. Eu sei que o Carlos vai gostar muito disso, porque nós também somos um manancial de água. Se vocês souberem, praticamente, a Serra da Cantareira, que abastece toda São Paulo. E nós estamos com uma aviação de Cumbica, Sanseverino, de 850 voos-dias despejando tudo que é elemento químico sobre as nossas represas e na borda da Serra da Cantareira, o que é uma coisa inacreditável. Mas, de qualquer maneira, sim, eu gostaria, a exemplo da Jaciara, de participar dessa comissão, visto que é extremamente importante isso. E, sim, também na Zona Norte, estamos tendo ocupação não só do (som ininteligível), tal, mas também ocupações empresariais que a gente precisa observar com bastante determinação, inclusive, como disse, mexer com o Governo de Estado, sim, para que a gente possa ter essa segurança. Parabéns, foi um tema importante e é assim que a gente muda um pouco a nossa história ambiental da nossa região. Bom dia para vocês aí. Sanseverino, à disposição.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Lacava, sempre... Perdão. Ramos, muito obrigado. As suas considerações são sempre muito bem-vindas. Um conselho de primeira aqui no nosso CADES, como sempre. Valeu. Lacava, por favor.

Marco Antônio Lacava: Mais uma vez, bom dia, secretário. Bom dia, conselheiros, conselheiras. Eu quero apenas, de uma forma bem objetiva, cumprimentar, cumprimentar o Vereador Natalini, cumprimentar o secretário Carlos Eduardo e o meu amigo Azzoni, porque tiveram a coragem de apontar o maior problema destas questões de invasões dos territórios à beira da Guarapiranga e outras. Falar que o crime organizado está de uma forma destruindo a periferia de São Paulo, eu acho que já é contundente. Isso já custou vidas, isso já custou mandatos, isso já custou repreensões, problemas, cadeias etc. Então, bem disse o professor Natalini quando classificou que o problema iniciou na década de 50. Tiveram várias etapas, e agora nós estamos na etapa conclusiva, onde a ameaça do povo de São Paulo, na proposta de um candidato a prefeito, pode concluir e definir essa ocupação e essa condenação dos nossos mananciais. Nós estamos diante de um problema seríssimo, bem disse, na célebre palavra, "perdeu mané". Porque desde a década de 20, ou melhor, desde 2000 até 2024, nós estamos sob o comando, infelizmente, do PCC. Nós temos um descoordenado amparando essa situação. E vem de muito mais tempo do que a gente possa imaginar. Então é necessário, primeiro, evitar o mal maior, temos que serrar fileiras para evitar esse candidato que poderá condenar São Paulo, fortalecendo e trabalhando muito seriamente para o prefeito Ricardo continuar o seu trabalho com a sua equipe. Então, eu faço apenas, não como membro do CADES, mas como cidadão, um alerta aos companheiros e companheiras e à população de São Paulo. Nós podemos desaguar num sério problema, onde não vai haver mais outra etapa. Será final. Obrigada, secretário.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Obrigada, Lacava. Mário, por favor.

Mário Luís Fernando Albanese: Oh, secretário, bom dia a todos, senhores conselheiros. Primeiramente, eu queria colocar com relação a essa questão de invasão de terras de mananciais. Eu fiz um estudo e uma palestra no CRECISP, onde existe a possibilidade de nós informarmos à justiça que essas áreas de mananciais são áreas produtivas, porque elas passam a ter um cnae. E isso ajuda muito nessa questão da invasão pelo fato de as pessoas invadirem, alegando que são terras onde não existe nenhum tipo de produção.

Quando, na verdade, a floresta produz muito mais do que a gente pensa, então, nós precisamos sempre estar atentos nessa questão, porque isso é uma condição sine qua non, para que nós possamos ajudar nessa questão das invasões. É apenas uma colocação, depois, se precisar, eu coloquei o link da palestra que eu fiz no CRECISP, para que seja entendido juridicamente, através do Dr. Sanseverino, que ele possa também depois nos dar um respaldo jurídico com relação a essa colocação. É apenas isso. Um ótimo dia a todos. Obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Mário, muitíssimo obrigado. Eu reitero a importância. Eu acho que é viável. Podemos criar um grupo aqui dentro do CADES Municipal, mas lembro que a OIDA é a responsabilidade da Secretaria de Mudanças Climáticas aqui do... Eu tenho certeza de que o secretário Nalini, a Luciana, que é a chefe de gabinete dele, a OIDA vai estar sempre aberta a toda contribuição. Quem precisar, quem não souber como entrar em contato com eles, pode me procurar. Eu faço parte da OIDA, faço parte do grupo executivo, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente faz parte da OIDA e trabalha muito próximo com o CECLIMA, com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com as autoridades, com as outras secretarias da Prefeitura para tentar mitigar essa questão fundamental e importante da invasão das áreas protegidas. Então, mais uma vez, estou à disposição. Eu acho que, por fim, Maria de Fátima. Maria de Fátima, está ouvindo a gente?

Maria de Fátima Saharovsky: Oi, bom dia. Eu não estou conseguindo ligar a câmera. Bom, eu vou falar aqui por áudio. Eu perdi a apresentação do Natalini, estava em uma outra reunião, mas entendo toda a caminhada dele, porque eu acompanho desde a década de 90 com todo o ativismo dele, todas as conquistas que ele, de projetos de lei, do CADES, de todas as propostas e conquistas que hoje eu digo que uma grande parte dessas conquistas foi pela liderança e ativismo dele. Acompanho também o trabalho dele aqui no extremo Sul, Parelheiros de Capela, e acompanhei todo o processo que ele propôs de estar presente fisicamente nas questões de ocupação, de todos os conflitos que nós tínhamos aqui, que terminou nesses dois documentos, que eu ainda não me inteirei do segundo, mas eu estou buscando, e quero dizer que nós, como sociedade civil, trabalhamos nas questões da criança e adolescente, das comunidades, das represas principalmente, os mananciais. Eu digo que precisamos, eu acho que, não sou cientista, sou assistente social e digo que o que nós temos é ocupar essas áreas com serviços e trabalhos porque tudo que nós tentamos até o momento não foi suficiente para inibir ou impedir todas essas agressões tanto ambientais, como humanas, que nós temos hoje, e isso continua avançando. O fato de nós termos todos esses conflitos implicam que são áreas isoladas da sociedade e que são ocupadas, isso eu não preciso nem falar para vocês, sabe muito mais do que eu. Estou falando da minha prática e, no momento que ocupamos essas áreas com serviços e nos aproximamos da comunidade, as coisas começam a se transformar. Isso eu digo sempre. Nós temos que levar os nossos conhecimentos, os nossos serviços sociais, de cultura, de lazer para esses locais. E trabalharmos juntos a comunidade, porque, senão, nós não vamos conseguir chegar ao que nós queremos, que é a conservação dos nossos bens naturais, dos nossos mananciais e, principalmente, a promoção humana, que isso é fundamental. Não basta só nós falarmos dos bandidos que lá estão, porque esses bandidos têm filhos, e nós precisamos cuidar desses filhos para que esses filhos não sigam o mesmo exemplo. Isso é uma questão sine qua non que eu coloco aqui. Eu trabalho em áreas de mananciais desde a década de 90, eu não vejo isso avançar. Nós, como sociedade civil, ficamos sozinhos às vezes, trabalhando no meio de favelas, no meio do tráfico, no meio de todas as coisas, e nós conseguimos trabalhar. Por que nós conseguimos trabalhar? Mas não conseguimos avançar, nós trabalhamos, conseguimos salvar algumas crianças, conseguimos encaminhar, nós temos jovens e crianças que são doutores hoje, mas são pouquíssimos, porque a maioria não consegue atenção social. Então, nós precisamos urgentemente colocar núcleos de educação ambiental, núcleos de educação de lazer, de esportes, de ter faculdades dentro desses ambientes. É isso que vai colocar a nossa sociedade, por que o que está acontecendo? Esses núcleos, eles estão avançando. As favelas, as comunidades, elas estão crescendo exponencialmente. Você vai numa semana, na outra já está tudo avançado. E não há o que impeça, então, nós temos que nos colocar dentro das comunidades. E eu vejo que isso é muito difícil para a sociedade. A sociedade tem receios, tem favores, inclusive, muitos setores se sentem impedidos de estar nesses locais. Mas nós precisamos estar, eu acho que o ecoturismo é um início fundamental para que isso venha a acontecer. Eu acredito muito nas manifestações.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: A gente agradece. Você queria terminar, por favor?

Maria de Fátima Saharovsky: Sim. O ecoturismo. Nós estamos também com um movimento que se chama Abraça Guarapiranga, que vai ser agora no dia 26, que nós conseguimos já ser evento na agenda da cidade. E nós temos os parques naturais, que têm eleições agora também, (som ininteligível). São todas as iniciativas que nos levam a ocupar espaços que possam inibir esse avanço. E vamos seguindo, eu apoio sempre o Natalino e estarei com ele.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Muito importante tudo o que você falou, agradecemos, são considerações fundamentais para o nosso trabalho. É bacana a gente ver o envolvimento e o trabalho da sociedade civil que complementa e muitas vezes até substitui o trabalho que o executivo deveria fazer. Muito obrigado e, Lili, seguimos para o próximo ponto do nosso expediente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Carlos. Passamos então para o quinto ponto do expediente: A apresentação dos procedimentos atuais e mudanças da coleta de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, pela nossa conselheira Fanny Elizabeth Moore, quero aqui também agradecer imensamente a presença do nosso presidente do SP Regula, Sr. João Manoel, e o nosso gerente de saneamento ambiental, (som ininteligível) que aceitaram que o nosso convite do CADES Municipal, para estar aqui hoje presente. Então, assim, logo após a apresentação da Fanny, nós vamos dar a palavra ao Sr. João e ao Sr. David. Fanny, por favor, a Neuza vai fazer a apresentação por aqui, Fanny.

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Está ótimo. Muito obrigada. Essa proposta foi feita. Bom, primeiro eu sou Fanny Moore, eu sou conselheira suplente da Macrorregião Sul 2. Represento a Associação de Amigos do Parque Severo Gomes, em Santo Amaro. E essa temática nós apresentamos na reunião de dezembro, nós pedimos a inclusão na pauta dessa questão, porque algumas mudanças estavam acontecendo e apresentavam resultados desfavoráveis, piores, como o acúmulo de resíduos sólidos de lixo nas vias públicas, no chão e a não separação entre comum e reciclável. Então, essa observação gerou esse pleito. Então, do que é que nós estávamos falando? Observamos a colocação desses containers para resíduos comuns e reciclável em algumas ruas de diversos bairros, ocasionando transbordamento. As tampas são abertas, eles enchem e o resíduo cai para fora, ficando na via pública. O outro recipiente que apareceu, colocado nos postes, é esse recipiente de metal, que a corrosão acaba gerando a perda do fundo e, mais uma vez, o resíduo cai no chão e suja as vias públicas. Sobre esse daí, nos últimos tempos eu observei, mais recentemente, que eles estão usando um saco plástico e eu não tenho mais visto eles abertos no fundo, não sei se é uma coisa pontual, enfim, essa é uma questão para a qual nós gostaríamos de ter uma resposta. A questão da não separação dos recipientes que existem nas praças e nos parques. Antes, nós tínhamos esse modelo verde e cinza do reciclável e do resíduo comum. Agora, a gente não tem mais. Então, por exemplo, aqui o Parque Severo Gomes colocou dois juntos desses comuns e usou um adesivo para poder diferenciar um do outro. Próximo, por favor. E ainda tem esses dos pontos de ônibus que são de metal vazado, que quando estão sem os sacos plásticos derramam o lixo no chão no ponto de ônibus. As praças não têm padrão, ora tem duplo, ora tem simples, e na maioria dos casos estão em péssimo estado de conservação. E aí fica mais uma coisa também, um foco importantíssimo, é que não temos instalados nos demais prédios públicos a coleta seletiva, ou seja, as escolas municipais têm uma cobertura inferior a 33,8%. Ou seja, como é que nós podemos falar em coleta seletiva na cidade se nem as nossas escolas possuem a adequação para fazer essa coleta, não tem o recipiente adequado. Então a nossa proposta foi convidar, apresentar, que nos explicassem o porquê dessas mudanças, os objetivos, as metas, que resultados foram obtidos e que tivéssemos a presença dos responsáveis, porque às vezes a gente, enquanto CADES, tenta falar com a Secretaria da Educação, com a SELIMP, com a SP Regula, com a subprefeitura, e não tem resposta. Então, nossa ideia foi pedir que a gente tivesse aqui, nesse ambiente do CADES Central, uma resposta. Só um histórico, o CADES Santo Amaro, na proposta do Orçamento Anual de 2024, ou seja, apresentado em 2023, colocava essa questão da coleta seletiva. Nós temos os caminhões que passam na cidade inteira e, no entanto, nós não temos nem os coletores em todas as escolas e nem os containers para armazenar o resíduo até a hora da chegada da coleta, naquele dia marcado. Aqui está mencionado, isso foi uma proposta que a gente fez, coleta seletiva em 100% dos espaços e prédios públicos. Eu acho que esse é um pleito absolutamente urgente e necessário. E essa SEI que está em amarelo, o CADES de Santo Amaro vem desde 2019 tentando lidar com essa questão e não tem conseguido resultado. Aí tem um pequeno histórico do que aconteceu. Então, assim, que programas e planos, na verdade, têm informações relevantes sobre o tema, o currículo da cidade, que a gente vai ver daqui a pouco, os relatórios de monitoramento do programa de metas, o PLANCLIMA e os programas e planos de ação municipais voltados para a educação ambiental. Próximo, por favor. A gente tem a coleta de resíduos sólidos na escola municipal, aquele dado que eu apresentei, que aqui nos lugares educadores, com menor frequência, relatam haver lixeiras apropriadas para a coleta seletiva em 33,8% dos locais. Esse é um dado de 2022 apresentado no Currículo da Cidade de 2023. E aí diz o seguinte, que a lista desses desafios socioambientais ocorria com maior frequência na escola. vulnerabilidade social e o descarte inadequado de resíduos sólidos. Então, além de não ter na escola, é um problema ambiental do entorno, se você traz um novo hábito, uma nova cultura para dentro da escola, você consegue espalhar essa situação para o entorno da escola. Aqui são os relatórios de monitoramento do programa de metas, então, eu vi que foram colocados 7.800 desses containers em condomínios residenciais, o que faz todo sentido. Armazena até a passagem do caminhão, agora, nós temos 440, 288 de 2.500 litros, 127 de 1.000 litros e outros para vidros, espalhados em parques e vias públicas. Essa é a pergunta. Por que é que nós temos esse container na via pública o que as pessoas estão fazendo? Elas estão tirando o resíduo da sua casa, jogando nesse container e deixando transbordar. Eu não entendi a razão disso, dentro de um condomínio, faz sentido. Na via pública, eu não entendo qual é a razão. A outra coisa dessa meta, do programa de metas, que seria reduzir em 600 mil toneladas a quantidade de resíduo sólido enviado para os aterros, aí a gente viu que, por exemplo, o pátio de compostagem tem dois em obra, sendo que um é o da Penha, que vai repor o da Penha, que vai sair, um outro que está sendo elaborado o projeto na Vila Prudente. O próximo, por favor. Agora a questão do PLANCLIMA, os objetivos, reduzir a geração de

resíduos e aumentar o reaproveitamento, reciclagem e desvio dos resíduos para os aterros sanitários, aperfeiçoar os processos de tratamento dos resíduos e do esgoto, visando diminuir os fatores de emissão. Uma das metas até 2030, 2030, gente, é amanhã. A gente está em 2024, passa num instante. Diminuir em 50% a destinação dos resíduos sólidos recicláveis aos aterros sanitários. Então, eu acho que nós estamos com as ações que temos atualmente muito aquém do necessário para atingir uma meta como essa. E a meta é, até 2050, implantar quatro eco parques no município. Próximo, por favor. Ação 15 do PLANCLIMA, universalizar a cobertura do serviço de coleta seletiva de resíduos secos e a universalização da cobertura do serviço de coleta seletiva em alinhamento com as seguintes ações. Aí tem várias ações. Pode passar, por favor? Eu só estou destacando o que já está nos nossos planos e programas. Ação 16, implantar a compostagem em 100% das escolas da rede de ensino municipal até 2025, 2025 é amanhã. Nós ainda não temos coleta seletiva e temos aqui uma proposta de implantar 100% da compostagem, que é essencial, porque a gente tem que cuidar. O maior volume de resíduo é esse, que poderia estar sendo destinado para a compostagem. Expandir o programa Feiras e Jardins Sustentáveis. A cidade não cuida ainda da coleta dos resíduos das feiras livres, das suas feiras livres. Não há pátios de compostagem suficientes que recolham esses resíduos da cidade. Expandir a compostagem dos resíduos da poda de árvores e áreas verdes. Recentemente, vou apontar daqui a pouco, uma portaria da secretaria cuidando do resíduo verde dos parques, mas nós temos que cuidar do resíduo verde da cidade como um todo. A gente ainda coloca no nosso lixo comum e o caminhão leva para o aterro sanitário, o residencial. Próximo, por favor. Então, os programas e planos que são voltados para a ação ambiental, a gente tem o PMEA, que está agora em discussão, por exemplo, resulta uma devolutiva para a sociedade civil. A gente tem um núcleo na Secretaria Municipal de Educação, específico para a educação ambiental. A gente tem aquele programa Ambientes Verdes e Saudáveis da Secretaria de Saúde. E a gente tem o Samba Mais Rural. Todos os programas voltados para a educação ambiental. Próximo, por favor. E agora as mudanças recentes na legislação e o término do contrato da coleta de resíduos sólidos da cidade. Então, de dezembro para cá, quando nós trouxemos esse tema, propusemos esse tema, houve duas mudanças legislativas muito importantes. A primeira delas, esse decreto, é que consolida a divisão da responsabilidade com a conclusão da AMLURB, onde a Secretaria do Verde passa a coordenar o comitê Inter secretarial da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. É a melhor coisa que poderia ter acontecido, isso tudo estava espalhado e agora ganha, então, uma coordenação da Secretaria do Verde com todos os órgãos que lidam com essa importante questão na cidade. E o segundo foi essa portaria que eu acabei de mencionar, também da Secretaria do Verde, que destina a compostagem e reciclagem de resíduos provenientes dos serviços de manejo, manutenção e conservação das espécies arbóreas nos parques municipais. Eu acho que isso também foi um ganho muito importante. E, finalmente, uma coisa importantíssima, o contrato de coleta de resíduos sólidos da cidade termina em outubro de 24, então, a gente precisa pensar que contrato será esse. E essa comissão, esse comitê da Secretaria do Verde, tem várias atribuições a esse respeito. Próximo, por favor. Eu vou pular essa parte, porque a portaria em si eu quis, na verdade, deixar para quem quisesse olhar com mais calma. Também aqui, quem faz parte desse comitê, então, são todos os serviços de limpeza urbana da cidade, a SELIMP, a SP Regula, a Secretaria de Trabalho e a Secretaria de Executiva, a CECLIMA. Então, eu acho que aqui estão reunidos todos os entes municipais importantes e capazes de resolver a situação. Próximo, por favor. E aqui então é o decreto, e assim, aqui cabe, ou seja, esse comitê vai coordenar as revisões participativas periódicas do Plano de Gestão Integrada de Resíduos. Vai coordenar e acompanhar a elaboração de propostas e aplicação dos mecanismos e instrumentos de participação e controle social, vai coordenar a integração dos órgãos e entidades municipais nas estratégias de educação ambiental relacionadas à gestão integrada dos resíduos sólidos. Cabe lembrar que depois que a AMLURB foi extinta, a educação ambiental não tinha mais um lugar, então ela acabou ficando dispersa entre várias iniciativas. E, finalmente, até já perguntei, em 60 dias deveria haver um cronograma para a realização do processo de revisão do plano. Eu perguntei, mas parece que ele ainda não foi divulgado. Depois, se alguém puder esclarecer, eu agradeço. O próximo, por favor. Então, com essa rápida retrospectiva das coisas que envolvem a discussão que nós estamos tendo nesse momento, eu fiz, então, algumas questões que podem ser ampliadas pelos outros participantes para serem dirigidas. Aí eu fiquei muito contente com a presença dos dois representantes da SP Regula, eu acho que isso vai fazer toda a diferença para o nosso questionamento. Uma coisa é questionar a outra é buscar as respostas de quem pode dar com a maior propriedade. Então, eu quero agradecer muito a presença dos representantes da SP Regula. E as questões, então, só para deixar a plateia ciente. Qual o motivo da escolha dos novos recipientes para resíduos e os resultados obtidos? Por que não contempla a separação em resíduo comum e reciclável? Qual o motivo do uso de contêineres nas vias públicas e resultados obtidos com esse procedimento? Por que a coleta seletiva ainda não atinge 100% das escolas municipais? Por que não há pátios de compostagem na zona sul da cidade e nem previsão para instalação? A zona sul tem população expressiva e contém a maior parte da atividade agrícola do município, que poderia usar o resultado da compostagem. O cronograma para a realização do processo de revisão do Plano de Gestão Integrada já está disponível? A pergunta que eu fiz, o prazo era 60 dias a partir do dia 30 de janeiro. Como está sendo conduzida a discussão sobre os contratos de coleta de resíduos sólidos, a revisão, que terminam em outubro? Que mudanças estão previstas e quem está

participando? Muito obrigada. Para guardar um tempo para as respostas que são muito importantes. É isso. Obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Fanny, quero te agradecer pela sua apresentação. E quanto as suas perguntas, que foram várias, eu peço por gentileza, então, que você encaminhe para a gente, e nós vamos encaminhar essas questões para o SP Regula, que o nosso presidente está aqui, o João. Encaminhamos para ele estar formalizando as questões, está bem? Quanto à nossa Secretaria do Verde, nós vamos sim, vai coordenar o Comitê Inter secretarial da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que é o CGIRS. Então, eu fui a auxílio com um e-mail, encaminhei para a nossa chefe de gabinete, a Tamires, e ela sim respondeu com o seu questionamento, dizendo que a estruturação, estamos nomeando o representante, e nos próximos meses iniciaremos os trabalhos da revisão do plano de gestão integrado do resíduo sólido. Então, quando tiver tudo pronto, eu tenho certeza, claramente, que a nossa chefe de gabinete vai expor aqui a parte do comitê, quem vai fazer parte. Então, eu encaminho novamente o e-mail para ela, quando estiver tudo prontinho, e ela repassa para mim e eu repasso para os conselheiros. Então, eu vou passar a palavra agora para o presidente da SP Regula, o Sr. João, e logo em seguida, se quiserem debater junto a conversa e com o nosso gerenciamento ambiental. Obrigada, David.

João Manoel da Costa Neto - Presidente da SP Regula: Agradecer aqui o nosso secretário Carlos Eduardo. (Som ininteligível). Me acompanha aqui o David, que está gerente da agência de saneamento ambiental, que mais que regula, cuida dos contratos (som ininteligível) por conta de seus contratos com a competência da SP regula, ingerir a coleta e destinação dos serviços domiciliares na cidade de São Paulo. Nós acompanhamos atentamente a apresentação da Sra. Fanny, não tínhamos tido acesso anteriormente, (som ininteligível) serão todos respondidos conforme o encaminhamento da secretaria aqui neste conselho. (Som ininteligível) O PLANCLIMA é um plano muito importante que está contemplado nos estudos de possível prorrogação do contrato, assim como o Planares também, que é o plano nacional, que é um plano bastante ousado e, com certeza, o município de São Paulo sairá da vanguarda, alcançará nos primeiros anos as metas do Planares e seguirá muito além das metas nos anos subsequentes, até o ano de 2040, quando o fim do plano. E são esses pilares que serviram justamente para os estudos que embasaram até aqui a proposta de prorrogação ou (som ininteligível) dos contratos. Foi um estudo que foi contratado pela SP Regula (som ininteligível) trabalhou esse estudo em paralelo dos dois caminhos de poder renovar os contratos, que é uma previsão do Estado desde já do contrato vigente e da própria lei 3478. Então, quando foi pactuado o primeiro contrato, lá em 2004, havia essa previsão, foi manifestado o interesse das duas concessionárias na provocação e a FIP, lógico, contratada pelas SP regula, fez esse estudo, se era mais vantajoso a município prorrogar os contratos ou relicitar. E, logicamente, para fazer esse estudo foram definidos parâmetros técnicos. Esses parâmetros se respeitaram, tanto o (som ininteligível) que estava vigente, quanto o PLANCLIMA, quanto o Planares. Então, nós temos um arcabouço técnico bastante estruturado nessa proposta que hoje a FIP nos diz que é mais vantajoso renovar os contratos, para que nós tenhamos aí os próximos 20 anos muito bem gerido no sentido da coleta e destinação de resíduos de São Paulo. Então, com certeza, muitos dos (som ininteligível) que estão na apresentação serão respondidos, com tranquilidade batendo ponto a ponto comigo. Sete perguntas, algumas delas também a gente deve direcionar, já antecipo, a questão das papeleiras, que é muito bem destacado pela conselheira Fanny, compostagem, que aí não estão sob competências desses dois contratos de destinação, estão nos contratos de varrição da prefeitura, que hoje são geridos pela sub prefeituras, então faremos a indicação e também já antecipo e compartilho com o secretário da SELIMP, o secretário Osmário, para que ele também possa contribuir conosco com as informações e respostas aos questionamentos. Pelo que a gente acompanhou no paralelo, os contratos de varrição, eles também tinham essa perspectiva de renovação ou de relicitação, foi feito um edital, acabou suspenso e o que nós temos de informação mais recente é que devem ser prorrogados por mais alguns meses, mas no futuro serão relicitados. Então, com essa janela de oportunidades, seja pela possível renovação de contratos de coleta e destinação pela SP Regula e numa vindoura reivindicação da varrição, eu acho que é bastante pertinente esse conselho se manifestar e trazer as preocupações que tem para que a gente possa, tecnicamente, sempre estar contemplando os contratos com a (som ininteligível). Muito obrigado.

David Tegangno - Gerente de Saneamento Ambiental: Bom dia, cumprimento a todos. O presidente já falou tudo aqui né. Esse material, responder pouco a pouco, os questionamentos, a gente consegue já dar andamento. (Som ininteligível), isso não parou, não parou de forma alguma, vai apresentar os números. (Som ininteligível) implementa o equipamento em locais que não são possíveis, não tem viabilidade técnica, a gente não consegue colocar. Enfim, alguns pontos, mas acredito que o melhor formato é esse, receber o material e compartilhar, deixar que tenha transparência para todos legalmente. É isso.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Agradecer ao nosso Presidente João, nosso técnico e, bom, Fanny, a nossa expectativa é receber esse retorno, esse feedback aí da Secretaria e depois apresentar novamente aqui no CADES. Tudo bem, Fanny.

Fanny Elisabete Moore: Sim, estou aqui. A minha expectativa é que a gente já tivesse alguma resposta hoje, mas não tem

problema, a gente aguarda. E a coisa importante, como a gente ainda está aguardando essa comissão, é que como vai ser a participação na revisão desses contratos, que coisas novas serão incluídas, isso é muito importante. Eu vi esse estudo da FIP, a recomendação. Agora, assim, a minha preocupação é que a gente renove por 20 anos alguma coisa que tem pontos bastante que precisam ser revistos e que estão negativos. Então, talvez a gente pudesse fazer uma revisão por tempo menor para ter tempo de discutir e aprofundar essas questões. É só essa colocação. E eu aguardo, então, as informações. Muito obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Fanny, os contratos públicos eles são sempre sujeitos a fiscalização e renovação. E até mesmo a resolução, a quebra contratual sempre que alguma coisa estiver errada. Então, o fato de ser 20 anos ou menos de 20 é uma coisa proporcional ao investimento que, tanto a prefeitura, quanto o particular vai ter que investir para viabilizar um serviço para uma cidade-país como São Paulo. Então, a gente vê aí a questão da ENEL, não é porque é muito grande ou que tem um contrato que ele não pode ser rompido se a prestação de serviço não for adequada. Eu acho que o João queria falar alguma coisa. João?

João Manoel da Costa Neto - Presidente da SP Regula: (Som ininteligível) e os contratos de concessão são justamente longos para que se possa ver a amortização dos investimentos que é feito em parceria com o (som ininteligível). É possível entrever revisões (som ininteligível) e dentro dessas revisões a gente consegue sempre ajustar essas necessidades que tem de mudança de cenário. E para uma proposta de renovação, inclusive, daria (som ininteligível) para poder ter um período mais curto e poder ter aí cinco ciclos durante esses 20 anos que a gente possa ajustar essas necessidades que surjam ao longo desses 20 anos. Não é porque a gente vai prorrogar, pode ser até 20 anos, que a gente vai ficar engessado por 20 anos, ao contrário, ele é um contrato que traz uma capacidade de investimento muito maior, que é um contrato de concessão. Como eu disse, São Paulo com certeza sairá da vanguarda, mas a gente tem muita coisa bacana, estruturante, que virá nesses próximos 20 anos. E essas questões pontuais, mesmo com as modificações (som ininteligível), a gente recebe quase que diariamente aí dos próprios subprefeitos, de demanda da comunidade, que manda por 156, tanto para colocar, às vezes para complementar, ou até para retirar, às vezes, quando a gente tecnicamente implementa um local e percebe que não funcionou. Então, tem as mudanças orgânicas que acontecem (som ininteligível) e questões que necessitem alterar o contrato, a gente tem periódicos que comportam todas as alterações. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Valeu, João. É exatamente isso que eu tinha para falar, o crescimento, o desenvolvimento da sociedade (som ininteligível) vanguarda, as revisões e avaliações e até mesmo com a ajuda da sociedade civil, o executivo paulistano está sempre correndo atrás, fazendo as pesquisas. Obviamente que pode existir e existe hoje em dia um excesso de judicialização, mas a gente consegue, se a gente olhar os últimos 20, 30, 40 anos, principalmente depois da Constituição de 88, se o contrato não é feito, se o contrato não é bem (som ininteligível) e que tem todos os acompanhamentos da sociedade civil, simplesmente o contrato se quebra e a gente vai lá e bota outra (som ininteligível). Você vê aí essa questão da (som ininteligível), a prefeitura foi lá, assumiu e está realizando um bom trabalho. (Som ininteligível) a prefeitura já pegou para si, está tendo a gestão desse serviço. Então, ou o cidadão é bem atendido, obviamente, contando com a ajuda dos órgãos de Estado, PCM, Tribunal de Contas, o próprio TJ, o PGM, a própria secretaria regula, a coisa literalmente sai dos trilhos, a gente vai e troca a coisa. É cada vez mais comum, quando a empresa não presta adequadamente o serviço, a Prefeitura, ou até mesmo o Estado, a União, vai lá e troca o prestador de serviço. Não há justificativa, e não há como, não é mais aceito pela sociedade a prestação inadequada de serviço público. É isso aí que a gente tem que estar em mente e a gente conta sempre com a sociedade civil organizada para trazer para a gente esse retorno. Beleza? Fanny, tudo bem?

Fanny Elisabete Moore: Eu só queria fazer uma colocação de uma coisa que nós vivemos no CADES Santo Amaro, que foi essa questão da coleta seletiva nas escolas. Então, a gente começou um trabalho com a AMLURB em 2019. Quando a AMLURB foi extinta, parou. Nós não conseguimos mais falar com ninguém e nós sabemos, porque eu assisti um seminário do Instituto Polis, que existe parte da verba da concessionária que é destinada à educação ambiental. Ela não foi usada, nós não conseguimos atendimento. Então, assim, nós usamos o canal do CADES, que era um canal de representação, e não conseguimos. Então, secretário, eu sei que nós temos muitos recursos, foi até o próprio TCM que apontou esse recurso que está destinado no contrato à educação ambiental. Então, nós precisamos usar, precisamos dar voz a esses canais como os CADES para que eles sejam ouvidos e que a gente consiga, de fato, trazer as questões relevantes. Muito obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Obrigada, Fanny. Aqui no nosso micromundo, a gente está sempre ouvindo, está sempre recebendo vocês de portas abertas. E se o nosso pessoal não ouvir, bate lá na minha sala, vai lá, me liga, a gente agenda um papo e a gente tenta tratar. A gente está sempre de coração e braços abertos para os nossos CADES e CADES regionais também. Jaciara, a senhora queria comentar alguma coisa?

Jaciara Schaffer Rocha: Sim, eu quero parabenizar a Fanny. A gente já trabalha há muito tempo juntas em várias pontas. E deixar uma questão para todos, que essa questão da coleta pública, que

fica na rua, ela tem ajudado a questão dos ecopontos, que se estão sobrecarregando, e outra coisa que diminuiu a incidência de pontos viciados. Então é algum local. Talvez o que houve quando implantaram foi uma falta de comunicação com a população do entorno e das ruas. Então, eu acho, fica aqui a minha sugestão de orientação, porque dentro dos contêineres, quer dizer, desculpa, fora dos contêineres já está escrito orgânico, residual, reciclado, enfim, basta o cidadão ter essa orientação. Então, diminuiu muito, pelo menos na região Alto da Boa Vista, Parque Cordeiro. Enfim, é só esse ponto. Obrigada. Parabéns, Fanny.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Valeu, Jaciara. Ecopontos, eu tenho visto frequentemente abertura de novos ecopontos e pontos viciados, na última semana, salvo engano, dois subprefeitos sendo apoiados por GCM, dois, Lapa e mais outro. Fizeram prisões em flagrante, em pontos viciados, levaram para a delegacia e aqueles que estavam despejando lixo em pontos viciados foram presos por crime ambiental. Então, existe cada vez mais a impaciência e a impaciência do trabalho das subprefeituras, dos subprefeitos, guarda civil metropolitana, principalmente a GCM ambiental, a Polícia Militar Ambiental, na proteção, na fiscalização desses ambientes. Não existe mais complacência com esse tipo de crime, com esse tipo de atitude. São ações que, paulatinamente, vão sendo solidificadas, cristalizadas dentro da administração municipal. Muito obrigado. Celina queria falar também?

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Sim, eu teria algumas perguntas também. Poderia depois mandar o e-mail do SP Regula, para eu passar as perguntas?

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Você pode passar para a Liliane.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Você pode pedir lá no grupo que ela coloque o endereço.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: A gente acompanha. Você pode colocar no grupo, a gente encaminha para o João. Não tem problema não.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Está certo. E outra pergunta. Teve aquela apresentação da zeladoria que ficou de ser enviada. Vocês mandaram pelo e-mail ou ainda não foi enviado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Foi enviado, sim.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Eu não recebi, você poderia me enviar?

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: A gente pede para colocar no grupo.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Está bom, obrigado.

Patrícia Marra Sepe: Oh Lili, não foi enviado. Patrícia Sepe, não recebeu. Eu também cobrei Lili, não recebemos não.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Oh Patrícia, o Sérgio está me falando agora que eles ainda não enviaram, por isso nós não enviamos ainda. Então, aí já fica a cargo do Sérgio aqui, da Neuza, para estar cobrando, e a gente vai enviar isso aí para vocês.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: É que ela falou que ia fazer umas correções, ia ser feito umas correções, e até hoje acho que ela não fez, então, né? Eram só umas correções que iam ser feitas.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Bom, Lili, próximo ponto do expediente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Eu quero agradecer imensamente o Sr. João e o Sr. David. Caso vocês queiram continuar ou se não, vocês têm outra reunião, fiquem à vontade para nos despedir da equipe presencial. Só um minuto, por favor. Passamos agora para o sexto ponto do expediente: A aprovação do parecer técnico da Câmara Técnica III, Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação. Informamos que, conforme a deliberação da Câmara Técnica III, Parcelamento do Uso e Ocupação do Solo, Complexos e Habitação, foi emitido pelo parecer número 3, Cades 2024, e foi enviada em cópia junto à convocação desta reunião, ao qual trata-se de deliberação do EIA/RIMA, referente ao empreendimento Centro Logístico MOOCA, que trata do processo SEI 6027 2023 003 0927. Dessa forma, em atendimento à disposição do expresso do artigo 9, da Resolução 207 do CADES de 2020, colocamos em votação a aprovação do referido item, os conselheiros e conselheiras. Passo então a palavra ao nosso presidente, que é da Câmara Técnica, Juliano, para expor, por favor, e para dar uma explicação para os nossos conselheiros e conselheiras aqui presentes.

Juliano Ribeiro Formigoni: Bom dia a todos. Inicialmente eu agradeço a participação de todos. Eu vou brevemente apresentar como se deu o processo de licenciamento na Secretaria e as considerações finais, exigências do resultado da Câmara Técnica III. Então, é um processo administrativo que a Lili citou aí, do REC MOOCA Empreendimentos. Então, um breve histórico do licenciamento, né, em 08/03/2003, ele protocolou o EIA/RIMA, a Secretaria de SVMA, solicitando a licença prévia para o

empreendimento centro-logístico MOOCA. Esse EIA/RIMA foi elaborado com base no termo de referência número 005 DAIA/GTANI 2023, de 16/11/2022, no processo administrativo 6027 2022 0009031-6. Em 12/04/2023, foi dado um aceite pelos técnicos do DAIA/GTANI, quanto ao conteúdo do EIA/RIMA, ou seja, o EIA/RIMA estava de acordo com o estabelecido no termo de referência, dando assim o prosseguimento da análise. Em (som ininteligível) foi realizada audiência pública relacionada ao empreendimento. Em 29/06/2023, foi realizada a vistoria técnica pelos técnicos do DAIA/GTANI. Tendo-se emitido o Relatório de Vistoria Técnica nº 11 DAIA/GTANI 2023 e 29/06/2023. Em 31/07/2023, após análise do EIA/RIMA, a realização de audiência pública, a realização da Vistoria Técnica, foi emitido o Relatório Técnico 43 DAIA/GTANI 2023, solicitando complementações ao EIA/RIMA, encaminhada ao interessado. Em 11/08/2023 foi realizada a primeira câmara técnica em relação à discussão do relatório técnico 43 DAIA/GTANI. Então me perdoe, antes foi emitido o relatório técnico de complementações e colocado para análise dos membros da câmara técnica III. Então foi apresentado este relatório de complementações, discutido na câmara técnica entre os membros, e foi aprovado, ou seja, podem ser solicitadas as informações complementares ao interessado. Foi mandado para ele, essa reunião se deu no dia 11 de agosto de 2023 e foi aprovado o conteúdo do relatório, ou seja, as complementações. Em 22 de setembro de 2023, foi apresentado para o interessado as complementações ao EIA/RIMA. Após análise dessas complementações, em 10/11/2023, foi emitido outro relatório técnico, 74 DAIA/GTANI 2023.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Juliano? Acho que travou, Juliano. Vamos aguardar um instante.

Juliano Ribeiro Formigoni: Oi, estão me ouvindo? Desculpa, meu computador está reiniciando e eu vou continuar pelo celular. Então, continuando, em 10/11/2023 foi emitido o relatório 74 DAIA/GTANI 2023, solicitando esclarecimento de complementações ao conteúdo protocolado em 22 de setembro de 2023. Em 28/11/2023 foi apresentado o (som ininteligível), complementações ao EIA/RIMA. Em 06/12/2023 foi realizada uma nova reunião entre o interessado e os técnicos em análise, a ocasião em que foi solicitada a apresentação do programa de compensação ambiental dos impactos não mitigáveis com sugestão da unidade de conservação receptora da compensação, ou seja, o atendimento a lei SNUC, por tratar-se de um EIA/RIMA, 0,5% do valor da obra a ser destinado a uma unidade de conservação. Em 11 de dezembro de 2023, foi apresentado pelo interessado o referido programa para definição, aprovação e uso dos controles dos recursos advindos de compensações ambientais. Em 15/12/2023, foi emitida a informação técnica 104 DAIA/GTANI 2023, encaminhando esse programa para a manifestação de SVMA-CGPABI referente à indicação da unidade de conservação receptora da referida compensação ambiental. Aí os técnicos apresentaram mais ou menos o valor e os cálculos que foi apresentado pelos interessados, os técnicos concordaram e encaminhado para CGPABI para definição da unidade de conservação. Então, esse quadro aí apresenta os valores a serem pagos, em resposta, em 21/12/2023, DGUC informa indicando o Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva, criado pelo decreto 62.581 (25/07/2023), para o recebimento da referida compensação ambiental. Então, já foi destinado à qual unidade de conservação a ser recebido o valor da compensação da Lei SNUC. Em 06/03/2024, foi emitido pelos técnicos o parecer técnico 08 DAIA/GTANI 2024. Em 27/03/2024, foi realizada a reunião da Câmara Técnica III, ocasião que foi colocado para discussão o parecer técnico do GTANI 08 DAIA 2024. A conclusão que está na tela dos técnicos, na verdade, foram pela viabilidade ambiental do empreendimento, ou seja, aprovou a alternativa locacional e a concepção do empreendimento sendo favorável à emissão da licença ambiental prévia. Então, isso foi discutido na Câmara Técnica. E teve pelos conselheiros a aprovação do parecer com a inclusão de uma exigência de número 22, vou ler mais no final. Então, o objeto de licenciamento ambiental do EIA/RIMA é o Centro Logístico MOOCA, tendo como empreendedor REC MOOCA Empreendimentos Imobiliários Ltda. em área localizada na Avenida Presidente Wilson, número 274, Mooca, antiga fábrica da Ambev. O empreendimento consiste em edificação de dois galpões logísticos, com área total construída de 93.688,39 m², onde serão desenvolvidas atividades de recebimento, armazenamento, processamento, distribuição, carga e despacho de mercadorias com uso de modal rodoviário composto por caminhões e carretas. Os dois quadros apresentam as características do empreendimento e sua concepção, sendo o cronograma de implantação previsto pelo empreendedor no prazo de 32 meses. Então, a conclusão dos técnicos eu já citei para vocês. Nessa ocasião, então, da reunião da Câmara Técnica, foi aprovado, sendo emitido o parecer técnico 003 CADES 2024, que a gente está colocando em votação hoje. E eu vou apresentar rapidamente só as exigências finais, que são condicionantes à solicitação de licença ambiental de instalação, pelo interessado. Então, se obtida a licença ambiental prévia, ele deverá solicitar a licença de instalação, ocasião em que ele deverá apresentar as seguintes exigências já aprovadas pelos membros da Câmara Técnica. Apresentar o projeto executivo de empreendimento. 2, apresentar o alvará de aprovação e execução aprovado por SMUL. 3, apresentar um plano de ataque de obras que deverá ser composto por um mapa contendo a localização do empreendimento, a frequência de execução das atividades e a descrição das intervenções previstas. Incluir registro fotográfico que demonstre as etapas já executadas informando a situação atual das obras e implantação do empreendimento. Registro fotográfico deve incluir também imagens panorâmicas de todo empreendimento. 4, apresentar análise do risco geotécnico em

função do volume de movimento de terra, forte aterro a ser executado na área do empreendimento. 5, apresentar o projeto de drenagens provisória a ser implantado durante a fase da execução do empreendimento. 6, apresentar a agenda ambiental criada para o empreendimento, formando as ações sustentáveis previstas para as fases de instalação e operação do empreendimento proposto. 7, apresentar a certidão de diretrizes emitidas pela SMT. 8, apresentar em plantas áreas definidas para instalação de canteiros de obras, layout previsto, plantas contendo a estrutura funcional e suas respectivas instalações. 9, detalhar o sistema de manifesto de resíduos proposto no programa apresentado no EIA/RIMA, a ser adotado durante a fase de obras para adequada gestão da geração, transporte e destinação dos resíduos, detalhando os procedimentos e destinações de acordo com a classe do resíduo na ocasião de solicitação da LAI. 10, detalhar a destinação do entulho para bota foras devidamente licenciados com a discriminação do volume a ser transportado para eles ou a ser utilizado na implantação do empreendimento. 11, obter e apresentar anterior à supressão de vegetação o termo de compromisso ambiental (TCA) firmado com autorização para manejo arbóreo de responsabilidade da divisão de compensação e reparação ambiental DCRA-CLA-SVMA seguindo os procedimentos da Portaria 130 SVMA 2013, contemplando o impacto de porte da remoção de vegetação significativa do município de São Paulo, considerados patrimônios ambientais, assim como de impacto e déficit de área permeável. 12, apresentar as plantas de situação atual, situação pretendida e projetos de compensação ambiental aprovadas por DCRA. 13, apresentar projetos de paisagismo, contemplando projetos de compensação ambiental, se for o caso. 14, apresentar o plano básico ambiental contendo o detalhamento de todos os programas ambientais para o empreendimento. 15, apresentar a publicação no Diário Oficial da União, da autorização de execução da proposta de acompanhamento arqueológico para o empreendimento. Essa foi uma exigência do IPHAN. O IPHAN se manifestou favorável à emissão da licença prévia condicionando as demais licenças ao acompanhamento arqueológico da obra. 16, apresentar os detalhamentos do Programa de Comunicação Social para a fase de obras, indicando as medidas adotadas para comunicação com a população a ser afetada, incluindo ações propostas para divulgação dos desvios de tráfego e alterações nos itinerários de transporte coletivo, bem como, a implantação de um sistema de atendimento específico dirigido a consultas e reclamações por meio de um telefone imediato, endereço para correspondência e endereço eletrônico para consulta. 16.B, detalhamento das medidas relativas ao emprego de sinalização educativa das alterações necessárias com faixas, placas e divulgação pela mídia, garantia de informação à população local no caso de interrupções temporárias para execução dos remanejamentos e de rotas alternativas para o tráfego. C, as medidas e ações planejadas para a fase de implantação e operação visando viabilizar a contratação prioritária de moradores no entorno do empreendimento conforme preconizado no EIA/RIMA. 17, apresentar o programa de controle da supressão vegetal detalhado com o objetivo de apontar orientações acerca dos procedimentos operacionais envolvidos na realização das atividades de supressão vegetal, de modo que, observadas as recomendações, impactos negativos da atividade de supressão vegetal sejam atenuados ou até mesmo evitados. 18, apresentar e detalhar o subprograma de afugentamento da fauna terrestre com o objetivo de mitigar os impactos sobre a fauna local decorrente das atividades de limpeza e supressão da vegetação e, eventualmente, remoção de sólidos superficiais necessários para a implantação de empreendimentos. 19, apresentar o programa de monitoramento de avifauna com o objetivo de monitorar e avaliar eventuais impactos decorrentes da implantação e operação do empreendimento sobre a avifauna e, se pertinente, propor medidas mitigadoras complementares das já analisadas ou potencializadoras dos efeitos positivos decorrentes do empreendimento. 20, apresentar e detalhar o programa de controle da dispersão e proliferação de fauna sinantrópica nociva contemplando a fase de implantação e operação, contendo as medidas mitigadoras com o objetivo de evitar a disseminação, atração e proliferação da fauna sinantrópica, especialmente a nociva, minimizando os riscos de transmissão de doenças e ocorrências de outros transtornos econômicos e ambientais, especialmente para os trabalhadores e para a população lindeira às áreas de intervenção. 21, apresentar e detalhar o programa de compensação ambiental por impactos não mitigáveis com o objetivo de descrever as etapas para compensação ambiental considerando o Art. 36 da Lei Federal 9985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação acrescidos dos decretos 4340 de 2002 e 6.848-2009, contemplando a dinâmica do cronograma físico-financeiro do empreendimento e a necessidade da atualização do valor de referência e o cálculo do respectivo valor da compensação ambiental destinado ao Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva conforme o andamento da obra. Realmente a exigência 22 que foi proposta pelos membros da câmara técnica que apresentaram uma estimativa e um inventário de emissões de gases de efeito estufa acompanhados de estratégia de mitigação conforme previsto no artigo 4A da Resolução 207 CADES 2020. Então tem a lista de todos os conselheiros que participaram da Câmara Técnica que aprovaram o parecer e agora eu abro para dúvidas ou alguma discussão, e posterior à aprovação do parecer da Câmara Técnica do CADES. Obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Juliano. Abrimos agora para quem tiver alguma dúvida ou se não a gente já entra para aprovação Juliano. Fanny por favor.

Fanny Elisabete Moore - Conselheira - CADES: Na verdade, o que eu tenho é um desconhecimento. Eu prestei atenção em duas coisas específicas. Um projeto de drenagem durante a obra, e a outra coisa, a comunicação social com os moradores do entorno.

Eu pergunto se essas duas questões são também consideradas nos demais empreendimento da cidade, porque eu observo aqui que o que acontece na minha região, por exemplo, a água está sendo colocada no meio-fio e indo para o córrego. Então, eu digo, esse tipo de legislação e cuidado existe também para outras obras da cidade ou só especificamente para algumas? É só esse desconhecimento. Obrigada.

Juliano Ribeiro Formigoni: Nos processos de licenciamento ambiental que correm pela Secretaria do Verde, a gente se atenta para ter essa exigência como adicional justamente para não ter esse problema. Agora em pequenas obras, aí fica meio fora do controle da Secretaria do Verde, mas a gente sempre se atenta a solicitar isso. Ele já apresentou durante o processo do licenciamento, mas a gente reforça que para lá ele tem que acompanhar isso, principalmente que fica ali na região da Mooca, que a gente já conhece os problemas. A gente sempre solicita uma exigência adicional, além do acompanhamento, que ele detalhe isso para a gente poder acompanhar. Agora, quanto às demais obras, aí fica a critério do SMUL. Acredito que todas devam ter algum tipo de exigência.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Juliano. Obrigada, Fanny. Temos mais alguém? Porque ninguém levantou a mão. Só tem a última, que é a Delaine. E a gente vai para a votação.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Delaine.

Delaine Guimarães Romano: Bom dia.

Juliano Ribeiro Formigoni: Bom dia.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário: Delaine você queria perguntar algo. Eu acho que ela caiu. Bom, vamos dar um minutinho, senão a gente segue em frente e qualquer dúvida que ela tiver, ela passa direto para a gente e a gente passa para o Juliano.

Delaine Guimarães Romano: Desculpa, caí bem na hora da pergunta. Formigoni, bom dia. Quando você, na verdade, eu não sei, queria saber, essa é uma dúvida. Quando existe esse estudo de impacto ambiental, ele não deveria ter um estudo de impacto ambiental para o trânsito? Depois que o empreendimento começar a funcionar, existe isso?

Juliano Ribeiro Formigoni: Olha, ele já apresenta os impactos relacionados ao trânsito, ele apresenta uma estimativa. Durante a obra e depois no seu funcionamento ele vai ter uma licença de operação, ocasião em que a gente pode e sempre coloca exigências relacionadas a esse impacto para o acompanhamento. Então ele apresentou uma estimativa, tanto que a gente está pedindo a certidão diretriz da CET definitiva, que vai ter mais exigências de obra que ele vai ter que fazer, e durante a licença de operação a gente também vai acompanhar isso aí.

Delaine Guimarães Romano: Obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada. Então, vamos colocar, mediante a resolução (som ininteligível) do CADES, número 207 do CADES 2020, colocamos, então, em votação o parecer técnico da Câmara Técnica Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo de Complexo Urbano e Habitação. Deu como aprovado, Juliano. Obrigada a todos. Antes de terminar, presidente, com a sua presença aqui, com a sua licença, eu quero agradecer imensamente os nossos dois conselheiros aqui presentes, que estão aqui na presencial. Sérgio, por favor, coloca a câmera para eles, para eles aparecerem, para os demais conselheiros aqui. E a Vera Lúcia, do CADES Santana do Tucuvi. Obrigada, Vera, pela sua presença aqui. Sejam sempre bem-vindos, como convidados. E Elpídio, eu quero agradecer imensamente, também conselheiro do CADES Regionais do Santana do Tucuvi.

Elpídio Ulian Junior: Bom dia a todos. Eu gostaria mesmo de me apresentar. Sou conselheiro do CADES Santana do Tucuvi, já de outras gestões, e só queria fazer duas colocações secretário. A primeira é com relação à integração que tem cada um, aqui no nosso CADES Central, com os nossos CADES Regionais. Já tivemos lá subprefeitos engajados, outros menos engajados, e agora nós temos um subprefeito lá que está bastante motivado, novo, chegou agora também com o nosso conselho. Mas nós temos muitas dificuldades com relação às nossas ações e projetos, porque o CADES não tem nada na subprefeitura. Se você vai pedir um veículo para fazer um plantio, ele não tem. Vai pedir uma verba para trazer muda, não tem verba. Onde a muda está? Tem que procurar a muda. Então, fica muito difícil. Nós temos lá, e queremos trabalhar nessa gestão que se iniciou agora, que fomos diplomados, por isso nós estamos aqui, para ver se a gente consegue estreitar essa relação. Nós temos um viveiro lá, que às vezes é abandonado, uma estrutura maravilhosa, dá para fazer várias ações. Estivemos agora na reunião da UMAPAZ, inclusive, falamos com o Paluti, o José (som ininteligível) estava lá na mesa e falamos com o José, a gente precisa de verba. Eu estou deixando de trabalhar hoje para vir aqui. A gente precisa motivar o CADES. Nós temos lá agora um diretor de escola e uma professora muito motivados também, que foram eleitos, do lado da subprefeitura, com bastante disposição de fazer trabalho de educação ambiental, coisa que a gente precisa fazer. E nós não temos condições, porque nunca tem nada. Então, é isso que eu gostaria de chamar a atenção primeiro aqui para a gente ver, para a gente poder conversar depois sobre isso. Eu sei que é um conselho, né, que os conselhos do tutelar também era conselho, e hoje é diferente. Então, é um apelo

nosso. E a outra questão é justamente sobre o tema do momento. Nós estamos vendo hoje no Rio Grande do Sul, eu, quando comecei a militar na questão ambientalista, não tinha crise hídrica, já tinha problemas ambientais há muitas décadas, mas quando eu cheguei na sua prefeitura, eu fui convidado a participar do CADES, que é o Conselho do Meio Ambiente. Fui à primeira gestão, participei, e na segunda eu me candidatei e desde então milito na questão da água. Eu falava da questão da água antes da crise hídrica, já que a gente tinha uma atividade ligada à água. Entreguei para o Governador Alto, na minha época, para economizar milhões de litros de água através de uma atividade econômica. E tivemos bastantes trabalhos em relação a isso. Mas essas coisas não andam. Então, parece que a gente vê no poder público, não é uma má vontade, a gente vê um empecilho mesmo das coisas andarem, em muitas questões. E isso tudo documentado, nós temos isso tudo documentado. Então, a gente queria facilitar essa interação daqui para frente, até porque a gente viu e está vivendo agora (som ininteligível), São Paulo passou em 2014. Já plantamos muito com o Natalini, minha companheira hoje também, que lida junto também a palestras em escolas, de educação ambiental, mas sempre com os nossos recursos, com tudo aquilo que, nós não temos nada, que não fornecem nada para a gente. E a gente queria ver e começar a colocar essa discussão com os outros CADES também, porque esse conselho, agora, principalmente, ele é um dos mais importantes que a gente pode destacar para a perpetuação da espécie humana. A gente não está falando de mitigar, só aliviar, não. Estamos falando de espécie humana mesmo. Outro problema também que a gente vai atacar bastante agora, que a gente também, é o próprio degelo. A gente tem visto a questão do degelo, a gravidade que é e as consequências disso. E São Paulo já esteve muito perto do colapso e espero que a gente possa reverter isso. E nós temos lá na ponta, no exemplo de agora eu estou mostrando aqui, a questão das coletas e tivemos aqui os representantes de terno e gravata. E aquelas lixeiras lá, naquela situação, um absurdo, aquilo é um dinheiro jogado fora. Nós estamos vendo essas lixeiras verdes agora, penduradas aí, desculpa a expressão da palavra, uma estupidez, um dinheiro jogado fora porque são lixeiras que são vandalizadas, apodrecem, sendo que a gente tem um material muito mais barato, de muito mais serventia, né, e que fica no lugar, que é de (som ininteligível) lá ninguém vai quebrar, ninguém vai. Agora tiraram as lixeiras da nossa praça lá, né, porque estavam depredando. Então, de onde que vem essas ideias dessas pessoas que têm essas ideias dessas lixeiras, essas licitações, esse dinheiro público, que o CADES não tem um veículo para levar você para plantar, mas tem milhões para gastar numa lixeira que todo mundo arreventa e quebra. E ela não dura um ano. Essas questões que a gente gostaria de abordar, de um uso mais responsável, lixeira de concreto e de cimento, ela fica lá a vida inteira. Agora, as pessoas têm que passar para limpar. E aí, outro problema também, a limpeza. Entendeu? Então, só para concluir, agradeço o tempo. Desculpa, eu me estendi um pouquinho. Mas eu gostaria de deixar essas duas questões. Os CADES precisam de verba para trabalhar. Lá na ponta, com as comunidades, somos nós os conselheiros, dedicamos nossas vidas, nosso tempo a essas causas. Então, gostaria que o Poder Público tivesse uma reciprocidade nesse sentido também, de nos tentar ajudar para fazer alguma coisa nesse sentido. Nós vamos conversar muito com o senhor, vamos participar da reunião dos CADES, inclusive, essas aqui também, trazendo propostas também, sendo bastante atuantes nessa gestão, e gostaria de contar com o poder público e a boa vontade de todos vocês. Agradeço a Rute e o José também, lá na reunião também, a Rute, então, é uma desbravadora que está sempre, segura todas as peças lá para a gente, muito assídua, muitas propostas, a UMAPAZ é uma maravilha, e é um espaço também, uma bênção que nós temos em São Paulo, e que também considero, até entre aspas, meio subutilizado, deveria ser mais valorizado e, inclusive, (som ininteligível). Obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Sr. Elpídio. pelas suas palavras, complementando também que a solicitação já foi feita pelo subprefeito, vocês já fizeram, os conselheiros, já fizeram essa solicitação com o subprefeito de vocês, que é do CADES? CADES regionais, que é onde é o seu presidente, que é o subprefeito. Então, mas aí eu peço, por gentileza, em nome do nosso presidente, que é o Rodrigo Ravena, eu peço, por gentileza, que você formalize, junto com os outros conselheiros do CADES Santana do Tucuruvi, ao presidente, que é do subprefeito Santana do Tucuruvi, solicitando esse meio que você falou, de veículos. Ele tem a competência para isso, para estar solucionando e até mesmo dando a resposta para vocês, não aqui na base do CADES Municipal. E eu acolho também a sua sugestão de você estar vindo aqui na nossa reunião do CADES Municipal como convidados, e hoje o nosso presidente deu a palavra para você. Então, eu acolho também a sua proposta de estar vindo aqui, dando auxílio, pedindo o apoio também dos 32 CADES regionais para estar fazendo aqui a reunião, aqui presente. Então, eu quero agradecer imensamente, sim, a sua presença aqui.

Elpidio Ulian Junior: Então, só destacando só essa questão do (som ininteligível), mas ainda nem começamos, né? A gente foi diplomado agora. (Som ininteligível) iniciando agora a nova gestão, né? Não viemos nas reuniões anteriores porque não tínhamos sido diplomados ainda. Tomamos posse agora. Então, aí, agora, conversei com ele, falei que a gente tem muitas propostas para fazer, que a gente iria tentar uma interação com os CADES regionais e o central para a gente potencializar os conselhos, (som ininteligível), fizemos sim, conversamos com o subprefeito, entendeu? Mas sempre foi muito deficitário, muito difícil e sempre com uma negativa. E não tem. Não tem, não tem verba, não tem nada e cada um corre para cá e corre para lá. (Som ininteligível), nós temos vários projetos e estamos perdendo

cabeças importantes, com muito potencial, porque não tem nada. As pessoas vêm, vão se renovando (om ininteligível).

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Entendi. Obrigada Sr. Elpídio. Obrigada. Porque essa competência a gente não pode... Então, a gente não pode passar por cima do presidente, que é o subprefeito. Então, até mesmo o nosso presidente aqui, que é o Carlos Eduardo Vasconcelos. Então, a gente não pode falar pelo subprefeito, que é o presidente de vocês. Então, eu peço, por gentileza, que vocês entrem em contato na primeira reunião ou na segunda reunião, que ele esteja presidente da reunião de vocês, dos conselhos, e vocês falem, dialoguem com ele sobre esse assunto.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcelos - Secretário: É importante. Essa interrupção, esse contato do CADES Regional com o presidente do CADES Regional têm que ser participativo. Ou seja, tem que ser sempre conversa e não "pé na porta". Ou seja, é um desenvolvimento colaborativo que a sociedade civil tem que ter com o subprefeito.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada. Lembrando que a nossa próxima reunião é dia 12 de junho, às 10 horas também. Então, a nossa próxima reunião é o dia 12 de junho. Quero agradecer imensamente a todos os conselheiros e conselheiras aqui presente. Passo então a palavra ao nosso presidente da mesa para dar término à nossa reunião de hoje.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcelos - Secretário: Bom, aqui nós temos muitos amigos, então, conselheiros, conselheiras, amigos, conselheiros e conselheiras, foi um prazer enorme, eu me sinto sempre privilegiado em presidir o CADES, em ter a companhia, a oportunidade de ouvir opiniões, de ouvir sugestões e de pouquinho a pouquinho a gente poder melhorar a nossa cidade e influir na educação ambiental, no desenvolvimento do meio ambiente da nossa cidade. Para mim, como eu disse, é um privilégio estar aí ao lado de vocês nessa batalha de todos os dias, contando, claro, com a eficiência, com a participação fundamental da nossa equipe aqui da Secretaria, também queria agradecer a presença do João, nosso coordenador da UMAPAZ, nosso novo coordenador da UMAPAZ. A nossa presença dele é sempre... É muito importante, eu canso de falar de educação ambiental, a UMAPAZ é uma das minhas queridinhas. E é o que eu sempre falo, a gente consegue as coisas porque educação ambiental é tudo. Se a gente conseguir educar as pessoas, fazer educação ambiental, a gente não vai ter 60, 70% dos problemas que a gente tem. E por isso a educação ambiental é tão importante. Então, agradecer a presença do João. Tem muitas ideias e muitos projetos. José Carlos, perdão. Tem muitas ideias, muitos projetos que estão saindo e a gente está junto. Ele está aqui nos prestigiando.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: E está sendo muito participativo também.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcelos - Secretário: É isso aí. Com esse tipo de profissional, com esse tipo de iniciativa, não só do nosso pessoal técnico da secretaria, mas também com a participação da sociedade civil, a gente conta que a gente vai fazer uma São Paulo melhor e vai dar o exemplo para que ele se distribua ao longo do nosso país e do mundo. Com isso, agradecendo de coração a presença de todos, a participação, o envolvimento. Dou por encerrar a nossa reunião. Tudo de bom e ótima semana para todos. Tchau.

São Paulo, 15 de maio de 2024

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Documento: [104138501](#) | **Resolução**

Resolução nº267/CADES/2024, de 15 de maio de 2024.

Dispõe sobre a aprovação da ata da 263ª Reunião Plenária Ordinária CADES.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, a Ata da 263ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiros que aprovaram a Resolução:

OLIVER PAES DE BARROS DE LUCCIA

PATRÍCIA MARRA SEPE

ANA LÚCIA DE LIMA FIOROTTI

ADRIANA MARIA SABBAG NEUBER

MAGALI ANTÔNIA BATISTA

CLAUDIO DE CAMPOS

KELLY AKEMI MIMURA

CASSIA ADRIANA ALVES RIBEIRO DA CUNHA

JOSÉ CARLOS DA SILVA PALUDETO

JULIANA LAURITO SUMMA

JULIANO RIBEIRO FORMIGONI

ANDRÉ MARTINS FERREIRA

CÉLIA REGINA BUONO PALIS POETA

GUILHERME DEL NERO FIORELLINI

CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO

MARCO ANTONIO LACAVALA

EDILENE SOUZA MACHADO

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

MARIO LUIS FERNANDO ALBANESE

JOSÉ RAMOS DE CARVALHO

JACIARA SCHAFFER ROCHA

EDVAN DA SILVA SANTOS

CELINA CAMBRAIA FERNANDES SARDÃO

Coordenadora Geral: Liliane Neiva Arruda Lima

Secretário Executivo da Mesa: Rute Cremonini de Melo

São Paulo, 15 de maio de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

Documento: [104139048](#) | **Resolução**

Resolução nº 268/CADES/2024, de 15 de maio de 2024.

Dispõe sobre a aprovação da alteração da composição das câmaras técnicas do CADES.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 264ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, a alteração da composição das Câmaras Técnicas do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES.

I - A Câmara Técnica I - Desenvolvimento Industrial e Mineração - passa a ser composta pelos(as) seguintes Conselheiros(as):

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni - Setor Comercial - ACSP (Presidente)

Juliano Ribeiro Formigoni - SVMA/CLA (Relator)

Mario Luis Fernandes Albanese - Setor Industrial - SIMPI

Cleusa Guimarães - SMJ

André Martins Ferreira - SVMA/CLA

José Ramos de Carvalho - Associação Paulista dos Gestores Ambientais - Macrorregião Norte 2

II - A Câmara Técnica II - Obras Viárias, Drenagem e Transporte - passa a ser composta pelos(as) seguintes Conselheiros(as):

Juliano Ribeiro Formigoni - SVMA/CLA (Presidente)

Douglas de Paula D'Amara - SIURB (Relator)

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni - Setor Comercial - ACSP

José Ramos de Carvalho - Associação Paulista dos Gestores Ambientais - Macrorregião Norte 2

Ricardo Crepaldi - Associações - ABES

Marco Antonio Lacava - Câmara Municipal SP

Janaina Soares Santos Decarli - SMT

Alexandra Viegas Oliva - SVMA/UMAPAZ

Rosélia Mikie Ikie Ikeda - SVMA/CPA